

NACIONAL + pag/4

BLOQUEIO DE R\$ 2,9 BILHÕES REVELA A MARCHA DA POLÍTICA ECONÔMICA GOVERNAMENTAL

MOVIMENTOS + pag/6

REFORMISTAS E CENTRISTAS DE MÃOS DADAS PARA CANALIZAR AS TENDÊNCIAS DE LUTA PARA AS CAMPANHAS ELEITORAIS

MOVIMENTOS + pag/21

Fortalecer a greve nas universidades federais

As tendências de luta na educação são contidas pelas direções, com apoio das supostas oposições

Os empregos, salários e direitos são rifados em função dos interesses eleitorais

EDITORIAL + pag/3

MOVIMENTOS

GENOCÍDIO PALESTINO



Atos SP - 31/03 + 02/04

É preciso projetar e massificar os atos em defesa dos palestinos, contra o cretinismo eleitoral e o governismo

+ pag/22

INTERNACIONAL + pag/28

CRISE SOCIAL SE AGRAVA NO HAITI
- SITUAÇÃO É EXPRESSÃO DA DECOMPOSIÇÃO DO CAPITALISMO

SINDICAL + pag/6

Divisionismo, corporativismo e eleitoralismo levaram a uma derrota ao funcionalismo municipal de São Paulo

EDUCAÇÃO + pag/24

USP INICIA 2024 COM MAIS PROBLEMAS DERIVADOS DO PRIVATISMO
Retomar imediatamente a mobilização!
Derrotar o privatismo e autoritarismo!

SINDICAL + pag/11

Maioria da oposição combativa se subordina à política da direção burocrática da Apeoesp



PALESTINA

Pela derrota do imperialismo e do sionismo

Pela derrota militar da OTAN na Ucrânia!

As tendências de luta na educação são contidas pelas direções, com apoio das supostas oposições

Os empregos, salários e direitos são rifados em função dos interesses eleitorais

O mês de março foi de greves e de derrotas de importantes setores da Educação. Por cima das mobilizações, as diversas frações burocráticas sindicais, incluídas aí supostas oposições, agiram pela unidade de cúpula. A unidade por cima concretizou a colaboração com os governos, e serviu a interesses de aparatos e de campanha eleitoral. Nas bases, essa unidade política se concretizou em divisão das lutas, em inviabilização de unidade grevista e de contenção ou diretamente interrupção das tendências radicalizadas das bases.

Os governos agem para impor medidas de ataques aos salários, empregos e direitos. As direções sindicais negociam no campo estabelecido por esses governos. O resultado são as derrotas, que se concretizam em arrocho salarial, demissões e perda de direitos.

Os governos agem para impor medidas de ataques aos salários, empregos e direitos. . . .

As direções sindicais negociam no campo estabelecido por esses governos. O resultado são as derrotas, que se concretizam em arrocho salarial, demissões e perda de direitos.

O que aconteceu com a privatização da Sabesp e da linha 7 da CPTM e Trem Intercidades, no Estado de São Paulo, e na Educação estadual paulista e municipal paulistana, mostram o caminho da divisão dos assalariados, imposto a partir dos governos e aplicada pelas direções burocráticas. Os governos impõem medidas de forma a dividir a classe; as direções sindicais acatam a divisão e a aprofundam, com medidas burocráticas e com a separação física dos movimentos; as supostas oposições não se opõem na prática às divisões, à conciliação das direções com os governos, nem à resistência das direções a radicalizar o

movimento; as mobilizações sofrem com a divisão, apesar de terem reivindicações comuns, de se levantarem simultaneamente, e de buscar a unidade pela base – permanecem divididas, separadas, e na passividade da pressão parlamentar/eleitoral/judicial.

Nas universidades federais, os funcionários estão em greve desde 11 de março, na maioria delas. Mas a direção do ANDES-SN, de professores, somente convocou um encontro nacional para discutir a greve em 22/03, agendando a greve para 15/04, mais de um mês depois de começada a greve dos servidores. Ainda que a greve de professores comece, já vai se dar no mínimo com algum desgaste da greve dos funcionários. Nada de unidade na luta por aqui.

Na rede estadual de ensino de São Paulo, dezenas de milhares de professores da categoria “O” perderam seus

rior, para fazer atos regionais, em que os professores efetivos não terão como participar, a não ser que faltem e assumam o desconto salarial. A caravana certamente terá repercussão eleitoral, mas o emprego de milhares de professores já foi retirado sumariamente da pauta de reivindicações. Note-se que a chamada oposição “combativa” esteve na assembleia no mesmo campo da direção sindical, apenas com a diferença de data para 5/04, portanto, 21 dias depois. A defesa inflamada e hipócrita de “unidade” com os grevistas do funcionalismo municipal não faltou, mas estava claro que a greve municipal não duraria por mais quase um mês.

No funcionalismo municipal de São Paulo, o pelego Cláudio Fonseca (PCdoB), apoiador da candidatura de Boulos (PSOL) a prefeito, não deixou que a direção do Sinpeem posasse dividida junto à categoria de professores. Mas fez questão de dividir o conjunto do funcionalismo municipal entre setores da educação e o restante, com a criação de uma frente de 3 sindicatos (Coeduc), em separado do Fórum do funcionalismo, que também conta com sindicatos da educação, além de Saúde, etc. O astuto pelego fracassou em sua estratégia de negociar um reajuste maior para a Educação. Apesar de dividir as assembleias, os atos e as manifestações, saiu das negociações com a prefeitura direitista com os mesmos 2,16% de reajuste do restante do funcionalismo. E sem o fim do confisco de 14% dos aposentados, nem a incorporação de 39% de abonos complementares aos salários. Mas não teve de enfrentar os setores da oposição “unificada”, que não saiu dos trilhos traçados pelo caudilho, nem nas propostas, nem em tentativas de radicalizar o movimento. E impediu burocraticamente que membros da oposição Unidade Independente Classe e Combativa falassem e propussem

empregos. Na atribuição de aulas, o sindicato – Apoesp – apenas se limitou a orientá-los a entrar na justiça, individualmente. Assim como em sindicatos operários onde fábricas são fechadas, restringe-se a reivindicação ao “pagamento da rescisão” desses milhares de professores. Na assembleia, já convocada tardivamente para o dia 15/03, a direção defendeu que uma nova assembleia fosse convocada para o dia 26/4, com “indicativo de greve”, 42 dias depois, quando as aulas estarão adiantadas, e os milhares de ex-professores da categoria “O” estarão em busca de alguma forma de sobrevivência fora da escola. Até lá, se fará uma caravana pelo inte-

sessem medidas de fortalecimento da greve e ruptura com o método de pressão parlamentar e negociatas.

A conclusão que se tira é que as direções e oposições do campo do governismo estão unidas ao redor do impulso às campanhas eleitorais municipais, e avessas à radicalização de greves e movimentos. PT, PSOL, PCdoB, UP, PCB podem ter divergências secundárias na tática, mas não se chocam. E o PSTU, que chamou o voto em Lula/Alckmin no 2º turno, as segue, procurando dar um verniz esquerdista às traições que representam as demissões de milhares e um salário que nem a inflação do período recebe como reajuste. As massas, movidas pelas contradições do capitalismo em decomposição e em crise, se mobilizam, mas são barradas em seus avanços pelas direções eleitoreiras.

A unidade se verifica também quanto ao que chamam de “combater a extrema-direita” e “em defesa da democracia”. A manifestação dos 60 anos da ditadura militar, que teve a proibição de atos oficiais por Lula, registrou a repetição de que “Bolsonaro é continuidade da ditadura militar”, “o 08/01/23 foi uma possibilidade de golpe militar”, ainda que sem apoio do imperialismo e da cúpula da ativa; “é preciso defender e aprofundar a democracia”; “disputar o governo Lula”; que esse governo seria “nacional-reformista”, etc. O eleitoralismo dominou essas manifestações, e a resposta levantada foi sempre a mesma: eleger os prefeitos e vereadores que fortaleçam o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. O eleitoralismo é um veneno às manifestações e às lutas dos explorados contra os exploradores e seus governos. É o cemitério das reivindicações.

O capitalismo em decomposição dá provas diariamente de que não tem como sequer jogar migalhas para as massas oprimidas. Tudo o que planejam os governos e o patronato são a precarização e superexploração do trabalho, salários miseráveis, desemprego, cortes de direitos em todos os níveis, maior opressão nacional e social em todas as suas manifestações, guerras e genocídio. Diante desse quadro, as direções das organizações das massas renunciam às reivindicações mais elementares, como fazem ao rifar dezenas de milhares de empregos em troca da



campanha eleitoral. Ou omitir-se em relação ao genocídio na Palestina, em troca de votos de setores da direita. São direções corrompidas até a medula, traidoras da classe, vendilhões das reivindicações dos explorados, destruidores das organizações das massas como instrumentos de luta de classes.

O governo Lula/Alckmin já deu todas as provas de que a essência de sua política econômica está na garantia do sustento do parasitismo financeiro e na preservação e aprofundamento da perda de direitos em todos os sentidos, a começar pela precarização do trabalho, que já afeta 40 milhões de empregos no Brasil, e a manter um salário mínimo de fome, cinco vezes menor que o calculado pelo Dieese.. Algumas frases de Lula quanto à Palestina, que incomodam a burguesia mais reacionária, não passam de palavras soltas, não se concretizam em medidas de choque com qualquer setor burguês, menos ainda com o imperialista, e sionista. Quanto à Venezuela, já deu sinais de que vai acatar as pressões dos EUA sobre o regime de Maduro, defendendo interesses da oposição manejada pelo departamento de estado estadunidense.

Se o PT ainda é um partido burguês reformista, o governo Lula/Alckmin,

“
...
Se o PT ainda é um partido burguês reformista, o governo Lula/Alckmin, assentado numa frente de setores dos mais reacionários no país, é pró-imperialista. A diferença é importante, porque o PT controla a maior parte das organizações de massa do país, e portanto tem grande influência sobre as massas. A maioria nacional oprimida terá de se chocar com a burguesia e o imperialismo, para defender suas necessidades mais sentidas, e o fará combatendo o governo nas ruas, com greves e ocupações. —

assentado numa frente de setores dos mais reacionários no país, é pró-imperialista. A diferença é importante, porque o PT controla a maior parte das organizações de massa do país, e portanto tem grande influência sobre as massas. A maioria nacional oprimida terá de se chocar com a burguesia e o imperialismo, para defender suas necessidades mais sentidas, e o fará combatendo o governo nas ruas, com greves e ocupações. Terá de se chocar com as direções que bloqueiam suas tendências de luta, na sua maioria, do PT. Pela própria experiência, e com a ajuda do partido revolucionário, vão superar as ilusões no reformismo reacionário, em seus satélites, e nas instituições da democracia burguesa em decomposição, mas que ainda serve aos capitalistas para discutir e aprovar as medidas que são despejadas sobre os assalariados e suas famílias.

Certamente, o ponto de partida é o da defesa das reivindicações com os métodos da luta de classes, a organização por meio da democracia operária, a total independência de classe. A unidade nacional das massas em luta contra a burguesia aproxima de seu objetivo estratégico da revolução e ditadura proletárias. ●

BLOQUEIO DE R\$ 2,9 BILHÕES REVELA A MARCHA DA POLÍTICA ECONÔMICA GOVERNAMENTAL

Ainda no início de março deste ano, alguns editoriais já anunciam a expectativa de um bloqueio de verbas para os ministérios, frente a uma arrecadação menor e um aumento em gastos obrigatórios, ligados à previdência e assistência social. Falava-se entre R\$ 3 a 12 bilhões, considerando as estimativas ao longo do ano e a necessidade manter a “meta fiscal”. Preparava-se o pior para apresentar a situação “menos ruim”: em 22 de março, o Ministério do Planejamento anunciou o bloqueio de R\$ 2,9 bilhões em verbas discricionárias dos ministérios (aqueles que servem ao investimento ou manutenção da máquina estatal). Fala-se ainda em “bloqueio”, e não em “congelamento”, o que, em tese, pode significar que os recursos podem ser “desblocados”.

A lista dos ministérios ainda não foi anunciada. O governo apresentou os números para justificar a medida: rombo de 9,3 bilhões no primeiro bimestre e uma receita primária revista, a partir do primeiro bimestre, menor que a orçada, de R\$ 2,72 trilhões, para R\$ 2,69 trilhões. A diferença de mais de R\$ 30 bilhões estaria ligada à queda nas receitas administradas pela Receita Federal, diminuição da receita pela exploração de recursos naturais, e também pela queda de concessões e

permissões da União. Reforçando a situação negativa, estaria a pressão da Previdência Social, com aumento de R\$ 8,6 bilhões.

A decisão política de perseguir a meta fiscal de déficit zero coloca barreiras intransponíveis para o atual governo. Sabe-se, inclusive, que o “déficit zero” não será alcançado. Já está previsto um “intervalo de tolerância” de 0,25 percentual do PIB, o que permite um “rombo” na casa dos R\$ 28,8 bilhões. O mercado financeiro, no entanto, pressiona para que o rombo seja menor. Cria-se um falso discurso de oposição entre as “intenções” de Lula e as de Haddad, como se o presidente não quisesse atingir as áreas sociais, e o ministro, talvez futuro presidente, fosse mais rigoroso, e apenas “perseguisse” a meta fiscal.

No fundo, o orçamento já veio estrangulado desde seu planejamento. Atingindo ou não a meta fiscal, o governo deve pagar mais de R\$ 1,7 trilhão com a rolagem da Dívida Pública, dos quais R\$ 700 bilhões serão pagos diretamente em juros, e cerca de R\$ 1 trilhão com novos empréstimos, a médio e longo prazos. Os R\$ 700 bilhões em juros impedem que se invista em educação, saúde, ciência, infraestrutura das cidades e melhoria da assistência social. Aliás, a Previdência e Assistência Social são sempre colocadas como as “vi-

lãs” do orçamento, porque são despesas obrigatórias, que crescem conforme cresce a crise social (desemprego, sobretudo). Daí se cria o discurso para novas e mais austeras regras para a pensão e os auxílios. O governo, que vê crescer os números de ocupados informais, não tem como contrabalancear a tendência de crescimento dos gastos com a Previdência. Não pretende resolver o problema, apenas propor mais austeridade para concentrar o orçamento para a Dívida Pública.

Novos bloqueios devem ser anunciados ao longo de 2024, repetindo a mesma política dos últimos dez anos. A crise econômica força os governos, de esquerda ou de direita, a cortarem gastos com os serviços sociais em benefício da política de pagamento de juros da Dívida. Nada mudou, nesse sentido: saúde, educação, moradia, infraestrutura das cidades etc. continuarão a sofrer com a diminuição dos recursos.

É necessário erguer um movimento nacional em defesa dos serviços públicos e contra o pagamento da Dívida. O arcabouço fiscal de Lula/Haddad é apenas mais um elo da cadeia de políticas econômicas que favorecem o grande capital financeiro nacional e internacional, contra os interesses das massas assalariadas e empobrecidas. É preciso se

Novos bloqueios devem ser anunciados ao longo de 2024, repetindo a mesma política dos últimos dez anos. A crise econômica força os governos, de esquerda ou de direita, a cortarem gastos com os serviços sociais em benefício da política de pagamento de juros da Dívida. Nada mudou, nesse sentido: saúde, educação, moradia, infraestrutura das cidades etc. continuarão a sofrer com a diminuição dos recursos.

opor com a luta de classes ao governo de frente ampla e, por meio das reivindicações e dos métodos da ação direta, garantir a independência de classe dos movimentos frente a mais este governo burguês. A defesa da vida das massas passa pela derrubada da política pró-imperialista, de sustento do capital financeiro. ●

Populismo eleitoral: governo Lula anuncia a criação de mais 100 unidades de IFs

Em 12 de março, de forma espetaculosa, o governo federal anunciou a criação de mais 100 unidades de Institutos federais pelo país, o que pode significar mais 140 mil vagas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Indicou que a medida é parte do novo PAC, que inicialmente contaria com R\$ 61 bilhões e recuou, até a votação da Lei Orçamentária, para R\$ 54 bilhões. Segundo o MEC, para a expansão da Rede Federal, serão aportados, nos próximos anos, R\$ 3,9 bilhões, sendo R\$ 2,5 bilhões para as novas unidades, e R\$ 1,4 bilhão para o fortalecimento das existentes (há já 682 unidades de IFs pelo país).

A notícia, que foi comemorada pelos editoriais burgueses e por parte da esquerda, esconde o fato de que o orçamento para educação só despencou de 2015 para cá. As universidades e os institutos federais sofrem há anos sem capacidade de investimento para ampliar suas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, e, como é noticiado regularmente, com dificuldade de manter o pagamento de suas contas básicas, como água, luz e os contratos de serviços terceirizados. As universidades federais, por exemplo, como denunciou a associação dos reitores, a ANDIFES, receberão em 2024 cerca de R\$ 310 milhões a menos de recursos para suas despesas, em relação a 2023. Em 2021, o investimento nas IFES (universidades e institutos) já era apenas 20% do que foi em 2015, quando o então governo de Dilma Rousseff resolveu cortar quase R\$ 10 bilhões de repasses para a educação pública, e contra o qual foi erguida uma greve das IFES, de mais de 3 meses. Conforme dados do “Observatório do Conhecimento”, em valores atualizados, de 2014 até 2023, as verbas, para o ensino superior e para a área de ciências, caíram cerca de R\$ 117 bilhões, o que impacta diretamente as universidades e as bolsas de estudo para os estudantes da graduação e pós-graduação.

Assim, ao lançar, pomposamente, um programa de “expansão” dos IFs, o que o governo faz, na verdade, é mascarar a sua política de manutenção do sucateamento da rede federal de ensi-

no. Atua, em ano eleitoral, para propagandear uma suposta política educacional de inclusão, com mais vagas, quando conhece os números atuais, e sabe que as redes de ensino técnico e tecnológico e de nível superior têm tido dificuldade de preencher suas vagas, com também têm enfrentado maior evasão, desde o início da Pandemia, em 2020. Situação ligada ao maior empobrecimento (queda da renda média do brasileiro) e ao subemprego (aumento de ocupações informais), que obriga que os jovens escolham entre o trabalho ou a continuidade dos estudos, em cursos que não oferecem condições de permanência, já que a assistência estudantil atende a uma pequeníssima parcela dos matriculados.

Obviamente, não nos opomos à criação de mais unidades de IFs e mais

de seus orçamentos de uma década atrás, e da ampliação de suas verbas para corresponder à ampliação das atividades realizadas. Além disso, sem uma política geral de garantia da permanência estudantil, isto é, de bolsas que garantam o estudo da juventude e moradia universitária, as novas vagas criadas ficarão em boa parte ociosas.

Construir prédios (que favorece os capitalistas da construção civil que fazem seus negócios com o parasitismo dos recursos do estado), e contratar “meia dúzia” de professores não resolverá o problema histórico do não acesso da juventude aos cursos técnicos e superiores. Esse é um problema social mais amplo, ligado também ao desemprego estrutural e ao papel que ocupa o país na divisão internacional do trabalho. Lutamos imediatamente pela recomposição do orçamento das IFES e seu ajuste automático de acordo ao aumento dos custos, lutamos pela política de permanência estudantil para todos os estudantes, pela contratação de funcionários de acordo com as necessidades de funcionamento das unidades, pela ampliação de verbas para educação e ciência, e lutamos, fundamentalmente, contra a política dos governos, de esquerda ou de direita, que destróem a educação pública, gratuita e laica enquanto propagandeiam que a estão fortalecendo. Levantamos ainda a bandeira da estatização de toda a rede privada de ensino, com controle dos que nela estudam e trabalham, de forma a por fim ao ensino privado e oferecer as vagas necessárias. ●

Lutamos imediatamente pela recomposição do orçamento das IFES e seu ajuste automático de acordo ao aumento dos custos, lutamos pela política de permanência estudantil para todos os estudantes, pela contratação de funcionários de acordo com as necessidades de funcionamento das unidades, pela ampliação de verbas para educação e ciência, e lutamos, fundamentalmente, contra a política dos governos, de esquerda ou de direita, que destróem a educação pública, gratuita e laica enquanto propagandeiam que a estão fortalecendo. —

vagas. Entretanto, sabemos que, colocadas no interior dessa política eleitoreira, representarão uma piora geral das condições de ensino e de trabalho nas instituições federais, que necessitam urgentemente da recomposição

FOLHETO

Pontos para uma Resolução Internacional

Situação Nacional

Apresentadas às Conferências Regionais do POR - 2023

Fração G. Lora – Em defesa do programa
Dezembro de 2022

Adquira com nossos militantes!

REFORMISTAS E CENTRISTAS DE MÃOS DADAS PARA CANALIZAR AS TENDÊNCIAS DE LUTA PARA AS CAMPANHAS ELEITORAIS

 Em abril, os burocratas sindicais começam as campanhas eleitorais, e serão liberados dos sindicatos. Na Apeoesp, Bebel e demais candidatos terão à disposição o aparelho sindical e os espaços das subsedes para as campanhas. A "Caravana da Educação" servirá principalmente para isso e não para preparar a greve. O "eterno" presidente do Sinpeem, Claudio Fonseca, concorre para vereador em SP. Compareceu em meio à greve em um comício eleitoral junto a Boulos. Ficou explícito que um dos motivos para não radicalizar a greve é que "perderia votos" dos setores direitistas que apoiam Boulos. A ala majoritária da Oposição Unificada (Sinpeem) compareceu na assembleia que encerrou a greve falando lado a lado com a burocracia da Coeduc, sem se opor à política do caudilho. Um "santinho" foi

distribuído na assembleia, onde se indicavam os candidatos de um chapão da burocracia direitista junto aos das correntes da Oposição Unificada. Os chamados a continuar a luta nas urnas explicitou que a unidade burocrática servia aos objetivos eleitorais das correntes e partidos governistas para as eleições municipais de outubro.

A derrota da greve é uma desgraça para o funcionalismo, mas será cínicamente explorada em proveito das campanhas da frente ampla burguesa. Será um palanque eleitoral de Cláudio Fonseca e aliados de "esquerda", para chamar os servidores a apoiarem seus candidatos. Por sua vez, a "construção da greve" da maioria da Oposição Combativa da Apeoesp se traduzirá na "construção das candidaturas eleitorais". Convocam "reuniões", "churrascos" e plenárias nas subsedes, se auto-

proclamando defensores dos professores efetivos e contratados, estes que se negaram a defender, ao rejeitarem a greve no momento em que ainda havia condições de unificação com o funcionalismo.

Os centristas, reformistas e governistas compartilham do mesmo espantalho do "fascismo", "ameaças da extrema-direita", "golpismo" e "ameaças golpistas" para chegarem à mesma conclusão: é necessário derrotar a direita golpista e fascista nas eleições. O PSTU esquerda essa estratégia, agregando "também nas ruas". E todos eles se aproveitarão cínicamente das derrotas dos trabalhadores para impulsionar seus candidatos. Tudo indica que PSTU e MRT irão se unir em uma "mini" Frente de Esquerda. A defesa da "democracia burguesa" e a luta "contra os golpistas" unificou governistas e centristas no dia

8 de janeiro, e na defesa do governo burguês de frente ampla eleito. A diferença é que começam as campanhas do primeiro turno, e os morenistas buscam impulsionar seus candidatos. Caso Boulos tenha chance de vencer no segundo turno, chamarão o voto crítico com os mesmos argumentos de 2018 e 2022?

A vanguarda e as bases que sofreram traições e derrotas sob a direção de reformistas e centristas devem rechaçar os burocratas da direita e também da esquerda que os enganaram e desviam de seus objetivos e interesses de classe. Lutar pelas reivindicações imediatas e defender a ação direta de massas e a democracia operária, lhes permitirá avançar um passo na sua independência de classe. Desviar os trabalhadores dessa tarefa serve à burguesia, seja com retórica reformista ou "socialista".

Divisionismo, corporativismo e eleitoralismo levaram a uma derrota ao funcionalismo municipal de São Paulo

 A greve do funcionalismo municipal de São Paulo ocorreu de forma concomitante, porém, com as categorias divididas pelas burocracias sindicais. A da Educação se iniciou no dia 08 de março, em assembleia convocada por três entidades – SINPEEM, SEDIN e SINESP –, que formaram um bloco burocrático e corporativista, denominado COEDUC (Coordenação das Entidades Sindicais Específicas da Educação Municipal) desde

o final de 2023, e se encerrou no dia 28 de março. Enquanto as demais categorias representadas pelo Fórum das entidades (SINDSEP, APROFEM e outros) iniciou a greve no dia 12 de março, e a suspendeu no dia 26 de março.

O divisionismo marcou não apenas o início e término das greves, mas todo o seu percurso, inclusive com disputa de espaço nas assembleias com dois carros de som no mesmo local e horário, brigando pelo tempo de fala em cada uma

das assembleias que ocorriam simultaneamente. Houve inclusive episódios de discussão, com ataques e insultos, pela burocracia do SINPEEM às entidades do fórum. O pano de fundo para esses ataques de Claudio Fonseca/PCdoB aos sindicatos do funcionalismo e suas bases foi a acusação de que estes setores aceitaram o regime de subsídios aos salários. É importante destacar aqui que o regime de subsídios é uma imposição da burguesia para rebaixar a força de

trabalho do conjunto do funcionalismo, nivelingando por baixo aos demais trabalhadores da iniciativa privada, golpeados pela reforma trabalhista.

O divisionismo também se manifestou na construção das duas greves durante a organização dos comandos nas regiões. Nesta organização dos comandos, diferente das greves anteriores, as correntes da Oposição Unificada, que compõem a direção minoritária do SINPEEM, acataram a orientação divisionista da COEDUC, e realizaram visitas apenas às escolas, ou seja, não se propuseram a construir a unidade pela base, à revelia das direções, isto porque se subordinaram à política corporativista da burocracia, de que a Educação tinha uma pauta diferente do conjunto do funcionalismo. Apenas a frente de oposição – Unidade independente, classista e combativa – da qual a Corrente Sindical Marxista Guillermo Lora/PPRI faz parte, se dispôs a realizar comandos unificados nas regiões, construindo roteiros conjuntos de visitas as escolas, hospitais, UBS, SAE, CRAS, UVIS, subprefeituras e outros, ajudando a fortalecer a greve unificada nas regiões em que atuamos.

O corporativismo das direções foi a base para o divisionismo: de um lado, a COEDUC levantou como principal bandeira nesta greve a rejeição a política de subsídios e a incorporação de 39% de reajuste concedido nos anos anteriores a título de abono complementar de piso; de outro, o fórum das entidades tinha como principal reivindicação o reajuste linear de 16%, sustentado pela defesa de reposição da inflação, mais aumento real nos salários, de acordo com o crescimento da receita da prefeitura, que foi de exatamente 16%, em 2024. Com exceção da pauta salarial diferenciada, todos os demais itens da pauta coincidiam, o que correspondia à melhoria nas condições de trabalho, por meio da luta contra a terceirização e privatização nos serviços públicos, o fim do confisco previdenciário de 14% aos aposentados, a revogação do decreto que ataca o direito de férias, dentre outros. Com a divisão do movimento grevista, as pautas que poderiam unificar o funcionalismo foram secundarizadas, e a greve deu ênfase à pauta salarial, e ela servia de pretexto para a divisão.

É importante analisar que a pauta salarial, que foi o elemento principal



■ ■ ■

A política eleitoreira das direções sindicais precisa ser rechaçada pelo conjunto da categoria, pois, sua imposição pelas direções tem levado alguns a questionarem a greve como método eficaz de luta próprio dos trabalhadores.

utilizado para justificar a divisão, em nenhum dos casos correspondia efetivamente às necessidades dos trabalhadores, pois, se tratou de mera adaptação das burocracias sindicais à política de arrocho salarial imposta pelos governos. No caso da COEDUC, o reajuste limitado à incorporação dos abonos complementares não corresponde ao reajuste real de fato; na verdade, está submetido à política dos abonos complementares – caminho que vem sendo trilhado pelo governo para impor o subsídio em algum momento. Já o reajuste do fórum foi baseado na receita da prefeitura, que também é um mecanismo submetido ao que a prefeitura supostamente pode conceder, e não o necessário para recompor o salário dos servidores, ou seja, seguindo essa lógica, se a prefeitura tiver receita abaixo da inflação ou negativa, não poderíamos reivindicar reajuste salarial. Como podemos concluir, as burocracias sindicais estão completamente subordinadas ao estado burguês e, por isso, as pautas de reivindicações não refletem diretamente as reais necessidades dos trabalhadores; se refletissem as necessidades mais sentidas da classe, a unidade na luta nunca seria questionada.

Outro elemento que serviu de obstáculo para a conquista das reivindicações em ambas as greves foi o elei-

toralismo das direções, o que justifica inclusive a necessidade de as direções imporem aos trabalhadores uma pauta salarial dentro dos marcos da política burguesa, assim como secundarizar a luta contra a precarização do trabalho (privatizações e terceirizações). Isso porque grande parte das direções sindicais estão comprometidas com as disputas eleitorais e, por isso, mais uma vez, conduziram a greve para as disputas parlamentares em torno da eleição para a Câmara de Vereadores. No caso do SINPEEM, tanto a direção majoritária como a direção minoritária da Oposição Unificada (PSOL, PT, PSTU e satélites), compareceram nas assembleias acentuando a defesa de combater Nunes/MDB nas urnas e, em função desta estratégia eleitoral, não potenciaram a luta grevista, mantiveram a greve na total passividade, em vigílias em frente à Câmara.

A política eleitoreira das direções sindicais precisa ser rechaçada pelo conjunto da categoria, pois, sua imposição pelas direções tem levado alguns a questionarem a greve como método eficaz de luta próprio dos trabalhadores. Dizemos isto, por que, ao sair de uma greve derrotada, como caracterizamos essa greve, existe a possibilidade de que os trabalhadores questionem a greve em si, e não suas direções que conduziram a greve à derrota,

continua | >

e que o fazem, como já dissemos acima, por que sua política expressa seus interesses eleitoreiros de obter cargos no poder do estado, tanto no executivo quanto no legislativo, e por isso não podem defendem as reais necessidades da classe, o que significa dizer que, se forem eleitos, estarão submetidos às imposições do capital financeiro, e reproduzirão o arrocho salarial e a precarização do trabalho. Um exemplo claro disso é a política do governo federal, de manter o arrocho salarial do funcionalismo público, ampliar a terceirização e precarização do trabalho, e o congelamento dos repasses necessários para o funcionamento da educação e saúde, com o objetivo de garantir o pagamento da dívida pública.

O divisionismo, o corporativismo e o eleitoralismo, impostos pelas direções sindicais nesta greve, foram os principais obstáculos para conquista das reivindicações do funcionalismo municipal, mesmo diante de uma enorme disposição de luta das categorias, o que garantiu a vitória política ao governo e, consequentemente, uma derrota completa dos trabalhadores, com a aprovação de um reajuste miserável de 2,16%, abaixo da inflação do período, e nenhuma resposta à precarização das condições de trabalho. Neste sentido, é preciso

responsabilizar as direções sindicais reformistas e centristas (PCdoB, PT, PSOL, PSTU e satélites) pela derrota dos trabalhadores nesta greve, o que demonstra o acerto da nossa atuação, desde a eleição para a diretoria do SINPEEM, quando denunciamos que a Oposição Unificada (chapa 2), ao abandonar a independência de classe, estaria completamente submetida à burocracia do SINPEEM. A atuação nesta greve demonstrou na prática que na essência não há política diferenciada entre estes dois setores que compõem a direção; pelo contrário, compareceram nas assembleias alinhados aos encaminhamentos de Claudio Fonseca, para manter a greve dentro dos marcos da política imobilista. O mesmo ocorreu com a formação da COEDUC que, desde o início, caracterizamos como um bloco burocrático e corporativista, e agora escancarou seu real objetivo, de se constituir como uma frente eleitoral na educação, que abarca candidatos das duas alas da direção do SINPEEM, reproduzindo as alianças da frente ampla Lula/Alckmin.

A conclusão foi de uma greve que, apesar dos grandes índices de paralisação nas escolas e demais unidades do funcionalismo, não ganhou visibilidade, pois, não ocupou as grandes avenidas de São Paulo, não potenciou

as ações regionais, com os comandos unificados e com a organização de atos nas regiões, e acima de tudo não enfrentou o governo diretamente, e sim permitiu que o próprio governo se aproveitasse da greve para fazer publicidade de que mantém o diálogo aberto com a categoria, e que valoriza os serviços públicos e seus servidores.

Ao final, dentro da conjuntura eleitoral, o desfecho da greve contou com um protocolo de “negociação”, recheado de promessas vazias, que servirá à estratégia eleitoral dos dois lados: ao governo, por ter firmado um acordo que promete, responder as reivindicações dos servidores por meio de grupos de trabalhos (GTs), e à burocracia sindical, que poderá utilizar a derrota para se colocar como alternativa a esse governo por meio das alianças costuradas em torno da candidatura de Boulos/PSOL. Resta aos trabalhadores fazer um balanço dessa experiência de traição das direções sindicais, para fortalecer a luta pela recuperação do sindicato como instrumento da luta de classes, que passa pela tarefa de varrer essa burocracia do sindicato, construindo uma fração revolucionária que pode consolidar-se, no SINPEEM, por meio do fortalecimento da Unidade independente, classista e combativa. ●

BOLETIM DA UNIDADE CLASSISTA, COMBATIVA E INDEPENDENTE

distribuído na assembleia da CIEDUC de 28/03

Divisionismo e eleitoralismo são obstáculos para alcançar as reivindicações da classe



Na última terça-feira, 26/03, todo o funcionalismo público municipal de São Paulo sofreu o duro golpe da aprovação do PL 155. O governo de Ricardo Nunes tratou de unir por baixo todo o funcionalismo, através do risível reajuste de 2,16%, metade dos índices de inflação do último ano, e irá seguir sem obstáculos, aprofundando os processos de privatização e terceirização nos serviços públicos, precarizando condições de trabalho, agudizando o arrocho salarial e, em suma, sucateando os serviços oferecidos à classe trabalhadora da cidade.

O pano de fundo para esse ataque foi a divisão fratricida do funcionalismo entre trabalhadores da educação x restante do funcionalismo, encampado pelas direções da COEDUC, os sindicatos

específicos da educação (SINPEEM, SINESP e SEDIN). O resultado foram duas greves simultâneas e quase que concorrentes, dando palco a um vergonhoso show de horrores poucas vezes visto, que eram os ataques virulentos feito pelas direções do COEDUC, em pleno caminhão de som durante as assembleias, em especial por Claudio Fonseca, não só às direções do funcionalismo, mas a todo o funcionalismo municipal. A justificativa das burocracias para esses violentos ataques foi a adesão das demais entidades sindicais do funcionalismo, representadas pelo Fórum de Entidades, ao regime de remuneração por subsídio anos atrás, isso para as direções da COEDUC foi motivo suficiente para rifar a luta unificada, e atacar os

demais trabalhadores do funcionalismo público. A primeira consequência maléfica dessa política divisionista foi o ataque ao direito de greve dos trabalhadores da saúde, por meio de uma decisão judicial a pedido do prefeito. É preciso responsabilizar as direções divisionistas por esse ataque ao movimento grevista! O divisionismo, além de não fortalecer o movimento pelas reivindicações, fragiliza a luta das categorias mais precarizadas, é um retrocesso ao princípio da solidariedade de classe.

Desde o início da greve da educação, no dia 08 de Março, a Unidade Independente Classista e Combativa (UICC) defendeu uma política de unidade, a partir de um plano de reivindicações unitário. Em nossos textos e panfletos distribuí-

dos nos atos e nas redes sociais, defendemos a necessidade da greve e que, para construí-la, era necessário fortalecer os comandos regionais unificados, com visitas massivas às escolas e demais unidades do serviço público, atos em cada região e manifestações que bloqueassem grandes vias, como a avenida Paulista, a rua da Consolação e a avenida 23 de Maio, dando visibilidade ao movimento e transformando a paralisação do atendimento em uma greve ativa, com o emprego dos métodos da ação direta. As direções tomaram o caminho contrário, não organizaram os comandos de greve, e convocaram os trabalhadores para passar horas a fio em vigília em frente à Câmara Municipal, desmobilizando as ações de base nos locais de trabalho para ficarmos imóveis em frente ao parlamento. Quando houve deslocamento, foram distâncias ínfimas, e que não tomaram nenhuma via importante de circulação, quase se desculpando por estarmos ocupando o lugar dos carros, a exemplo da caminhada por 700 metros da SME até o Tribunal de Contas do município, no ato do dia 25/03.

De fato, a greve não se encerrou no dia 26, tendo sido agendada uma assembleia para o dia 28, deixando pouco ou quase nenhuma margem de tempo para a base se reorganizar e levantar novamente as discussões nos locais de trabalho. Diante de todo esse cenário o que foi evidenciado é uma política de-

liberada das direções burocratizadas dos sindicatos e também dos grupos da Oposição Unificada, que não apresentou nenhum encaminhamento diferente da burocracia, de desacreditar a greve e a ação direta, como instrumentos de luta independente da classe trabalhadora, e canalizar as reivindicações de classe para o parlamento burguês.

Basta uma breve análise das falas de todos que foram permitidos subir no caminhão, quase TODOS fizeram referência às eleições em outubro e/ou apelaram a candidatos como Boulos a apoiarem a greve, enquanto outros fizeram críticas abstratas à burocracia, sem defender nenhum encaminhamento concreto para tirar a greve da passividade imposta pelas direções. Isso também se torna ainda mais evidente quando as representantes da UICC se inscreveram para defender nossas propostas no caminhão, e foram sumariamente ignoradas e impedidas de acessar o microfone. A censura e manipulação são visíveis e amplamente conhecidas pela base e pelos ativistas de oposição a direção que já passaram por isso. Portanto, o silêncio dessa oposição ao presenciar a censura que nos foi imposta durante os atos se transforma em CUMPLICIDADE. Aqueles que enchem o peito para se proclamar "diretores" de oposição, não fazem denúncia dos métodos e das censuras praticadas pelos burocratas, são mais do que coniventes, estão adaptados e têm

acordo com esses métodos e políticas, também querem canalizar a luta para as eleições, e por isso não denunciam o silenciamento às vozes dissonantes. Para reformistas e centristas que se proclamam diretores de oposição, o limite da solidariedade de classe é o corporativismo sindical, que se transformará num trampolim eleitoral.

A UICC segue em greve junto aos trabalhadores da educação, seguiremos firmes com os princípios que nos unificaram, de uma política de fato classista e independente, lutando pela recuperação dos sindicatos dessa camarilha que se encastelou em nosso instrumento de luta, combatendo as políticas traidoras desses burocratas, e também dos centristas e reformistas que usam o sindicato como trampolim eleitoral. É preciso que a categoria retire lições dessa derrota que nos foi imposta pelas direções, como não confiar e atrelar nossa luta à disputa parlamentar/eleitoral. Devemos recuperar e fortalecer a construção pela base em nossos locais de trabalho, fortalecendo e reforçando a importância da independência de classe. Nossa história de luta e de vitórias está intrinsecamente ligada à nossa organização como classe e a utilização de nossos métodos próprios de luta. •

**TODA FORÇA À GREVE
DOS TRABALHADORES
DA EDUCAÇÃO!**

Direção sindical da Apeoesp (PT e PSOL), com colaboração da Oposição (PSTU, PSOL, MRT, POR), enterra a luta em defesa da Categoria O

40 mil professores demitidos, sem resistência! O maior golpe sobre a categoria nos últimos anos!

A assembleia do dia 15 de março já aconteceu atrasada e em divisionismo praticado pela direção. Ao invés de manter o dia 8 de março como dia da assembleia, quando os professores da rede municipal de São Paulo entraram em greve, a qual durou até o dia 30/03, a direção da Apeoesp preferiu jogar mais uma vez para frente a data da assembleia. Dessa forma, atuou para que a unidade de grevista dos professores estaduais e municipais não pudesse acontecer. A convocação foi mal e porcamente feita,

e ainda assim milhares de professores compareceram em frente da Secretaria da Educação, na Praça da República. No entanto, a direção não apresentou nenhuma proposta de defesa real dos empregos dos professores Categoria O. O governo Tarécio os demitiu, impediu que se lhes atribuissem aulas no início do ano, impôs sua política de precarização do trabalho dos professores e demissões. Mas a direção sindical da Apeoesp ajudou bastante o governo, quando não propôs nenhuma medida concreta de luta na assembleia. No que

foi ajudada por sua vez pela maioria da Oposição Combativa. Correntes da O.C. também defenderam a unidade de forma demagógica na assembleia da COEDUC, de 8 de março, nos municipais, mas, uma semana depois, na assembleia da Apeoesp, se negou a concretizá-la, chamando a greve imediata. A unidade estava bem colocada nesse momento, porque as reivindicações, fundamentalmente a defesa dos empregos e contra as terceirizações eram pautas unitárias que, desde as bases, se vinham erguendo contra o corpora-



A greve em defesa da efetivação com estabilidade de mais de cem mil professores da Categoria O tinha como começar a partir do setor mais radicalizado dos professores, e se construir, se desenvolver a partir de comandos de greve e mobilizações nas ruas.

tivismo e divisionismo. A O.C. deu-lhes as costas.

Configurou-se claramente uma tendência de luta na situação, com as greves de professores municipais, funcionalismo municipal, funcionários de universidades federais. A greve em defesa da efetivação com estabilidade de mais de cem mil professores da Categoria O tinha como começar a partir do setor mais radicalizado dos professores, e se construir, se desenvolver a partir de comandos de greve e mobilizações nas ruas. Principalmente, poderia se unificar com as demais greves em andamento, de forma a criar um poderoso movimento de massas para enfrentar o governo.

Mas a direção fez a proposta que liquidou com a possibilidade de defesa

dos professores da Categoria O. Propôs nova assembleia somente para o dia 26 de abril, 42 dias depois da assembleia de 15 de março, com “indicativo de greve”. Para preparar esse objetivo, a direção propôs ainda a realização de uma caravana pelo interior. Note-se que até lá os professores estarão nas salas de aula, sem dispensa de ponto para realização de atividades sindicais, e sob os novos critérios repressivos para a justificativa de faltas. Quem comparecerá às caravanas na sua maioria serão os militantes pagos do sindicato e do PT e PSOL. Na prática, as caravanas servirão para fazer campanha eleitoral dos “candidatos da educação” nas cidades. A 2ª presidente do sindicato, Maria Izabel, a Bebel, será candidata a prefeita em Piracicaba. As exceções podem ser as caravanas que passem nas escolas. Nelas, a direção vai ouvir críticas e justos xingamentos.

Logo após a assembleia de 15/03, a direção publicou um boletim informando qual será a pauta de reivindicações a ser levada à frente pela “greve” de 26/04: uma grande lista com 53 reivindicações, que, no entanto, não incluiu a defesa dos empregos da Categoria O! O governo poderá ter um menu à sua disposição para escolher alguma migalha que será concedida, para que seja apresentada pela direção como “conquista”. Ou talvez não conceda nada. E a direção virá com a cantiga repetida da “vitória política.” A longa “pauta de reivindicações” também servirá à campanha eleitoral da burocracia de direita e de esquerda (PSTU, MRT e satélites), que se apresentarão como seus defensores contra o governo.

O fato é que os 40 mil professores, alguns com muitos anos de magistério, estão na rua da amargura do desemprego, ou subemprego. Estão procurando ou já trabalhando em “bicos”, vendendo comida, trabalhando de entregadores. Uma assembleia para decidir pela greve dois meses depois de começadas as aulas e demitidas as dezenas de milhares não pode ser levada a sério por quem não recebe salários há 3 meses, e diante da política da direção do sindicato, ficaria ainda mais dois, mas a direção já considera o problema da Categoria O “resolvido”: a reivindicação é de “pagamento da rescisão contratual aos professores Categoria O demitidos”! A direção da Apoesp atua da mesma forma como fazem os burocratas de sindicatos operários, quando há fechamento de

fábricas e demissões – nenhuma ação concreta para defender os empregos, e exigência de “indenização”.

Muitos professores já não tinham a menor confiança nessa direção do sindicato. As traições são várias, durante décadas. Certamente, não se espataram com a mais recente traição: a conivência com a demissão de 40 mil professores. No entanto, ainda tinham esperanças de que a Oposição “Combativa” não seguisse o mesmo caminho, que cumprisse aquilo que defendeu em seu programa eleitoral: a defesa da efetivação e estabilidade da Categoria O.

No entanto, a maior parte dos setores da Oposição “Combativa” acabou seguindo a mesma política da direção do sindicato: com a única diferença que, ao invés de propor assembleia para dali a 42 dias, propôs para dali a 21 dias. Tanto com a data de 26 de abril como com a de 5 de abril, os professores da Categoria O estariam desempregados. Não poderia haver unidade grevista com os municipais, nem dia 26, nem dia 5. As declarações em defesa da unidade da parte de alguns militantes da Oposição “Combativa” não passaram de hipocrisia. Defenderam a unidade, mas sem greve unitária. Muito curiosa, essa defesa de “unidade”.

A CSM-GL defendeu na assembleia a greve imediata. Ainda seria possível defender então os empregos da Categoria O e demais reivindicações, em unidade concreta com as demais categorias em luta, com possibilidade de unidade também na pauta de reivindicações e, dessa forma, ter uma força coletiva maior. Agora, depois da assembleia, denunciamos a traição da direção e da oposição, ao abandonarem a defesa da Categoria O e serem coniventes com as 40 mil demissões. Nenhum militante classista pode renunciar à defesa do único meio de sobrevivência dos trabalhadores, que é seu emprego.

Configurada a traição, é preciso organizar uma unidade classista efetiva na categoria, uma unidade das forças, organizações e militantes independentes que não se subordinam às imposições ditatoriais do governo, defendem as condições de vida e trabalho das massas, por meio dos métodos da luta de classes, com democracia operária e independência de classe. E que não se subordinam ao calendário e disputa eleitorais, onde se compram votos com o emprego, salário e a vida dos trabalhadores e de suas famílias. ●

MAIORIA DA OPOSIÇÃO COMBATIVA SE SUBORDINA À POLÍTICA DA DIREÇÃO BUROCRÁTICA DA APEOESP

O CAMINHO PERCORRIDO PELA OPOSIÇÃO

A Oposição Combativa foi uma frente que se formou no período das eleições sindicais da APEOESP, em 2023. Seu programa, discutido e votado em uma plenária, permitiu que a CSM-GL atuasse em seu interior e na defesa desse programa nas escolas, em oposição à direção sindical burocrática da Apoesp. Já no XXVII CONGRESSO da APEOESP, um plano de luta em comum não foi construído. As posições sobre a defesa do emprego, e o desenvolvimento da luta com a independência de classe dos governos não se deu de forma unitária.

O ano de 2023 foi marcado pelos atos simbólicos da burocracia, e pela atuação separada das correntes que constituíam o grupo da Cobativa, ou seja, não houve ações unificadas para enfrentar a burocracia sindical e o governo. Tivemos uma única assembleia, em outubro, em meio ao desmonte geral dos serviços públicos (privatizações e terceirizações), e ao aumento do desemprego entre os professores, sobretudo entre os professores temporários.

O governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, e o governo de Tarcísio/Feder no Estado de SP, são de ataques às massas. O combate a suas políticas requer uma oposição que se constitua com um programa de defesa das reivindicações das massas, e com os métodos próprios para defendê-las, com total independência de classe: com greves, bloqueios e ocupações.

Apesar da CSM-LG/PPRI

ter, no ano de 2024, insistindo no chamado de plenárias da O.C. (aconteceram 2), os encontros não foram suficientes para alinhar uma política de frente única, tendo havido manifestação de discordância até mesmo de bandeiras do programa de disputa das eleições de 2023, como a defesa da efetivação com estabilidade da categoria O, sem necessidade de concurso.. Nota-se uma resistência em chamar as plenárias e a convocarem as bases para participar. A educação federal, os servidores técnico-administrativos em educação, e o funcionalismo municipal de São Paulo estavam em greve, e o chamado de unidade aos movimentos não passou de palavreado ao vento pela "oposição".

Vimos na assembleia de 15/03 correntes como Nossa Classe (MRT), Reviravolta (PSTU) e POR, que atuam no Sinpeem, se negarem à construção efetiva da unidade com os funcionários e professores em greve. As tendências de luta unitária dos professores estaduais estiveram colocadas para a greve. Mas esses setores da Cobativa preferiram chamar uma greve "para depois", o que tende a levá-la ao fracasso.

A O.C. se organizou, aparentemente, para se constituir como oposição, mas agora mostra uma prática política que enterra as reivindicações da classe. As correntes que se aglutinaram na O.C. passaram a orbitar as correntes de "esquerda" em apoio a candidatura de vereadores e prefeitos. Subordinam a luta da categoria às necessidades de disputas apare-

lhistas e eleitorais.

PLENÁRIA DA OPOSIÇÃO COMBATIVA NA APEOESP DO DIA 09/03

A O.C. se reuniu em 09 de março de 2024. A principal tarefa era aprovar um programa de defesa da categoria O, com a bandeira de efetivação com estabilidade dos contratados, e a defesa do método correspondente para a conquista da reivindicação, para atuar de forma unitária no CER e na Assembleia que ocorreriam dias depois, no dia 15 de março, que só poderia ser a greve.

A CSM - GL (Corrente Sindical Marxista - Guillermo Lora) atuou em defesa do emprego, apontando que o desemprego que assola a categoria é parte, de um lado, da política de destruição da educação pública, e, de outro, do imobilismo sindical, do seu distanciamento da luta de classes e de seu ceticismo jurídico parlamentar. Trouxemos, novamente, a defesa da efetivação sem concurso público para aqueles que desempenham hoje a função de professor Categoria O, reafirmamos que esse concurso público é excluente e reforça os ataques do Estado. No entanto, durante as explanações e debates, a temática da efetivação sem concurso foi um ponto de divergência entre os presentes, apesar de ter sido tratado na convenção de 2023 para a elaboração do programa da Chapa 2, como o ponto fundamental que nos diferenciava da burocracia sindical, nosso objetivo era retomar a defesa deste para a assembleia.

A organização da plenária já foi planejada de forma

a não privilegiar a discussão de propostas de defesa dos professores da categoria O. A pauta era: Informes; Conjuntura; Plano de Lutas; organização da O.C. Sequer a questão da categoria O era central. Dessa forma, a posição a ser levada à assembleia foi discutida distamente da discussão das reivindicações dos professores. E ao redor de uma polêmica falsa: se iriam defender "greve" ou "construir a greve", sem levar em conta a data e a necessidade de unidade grevista. Mesmo a "greve" seria defendida dependendo da avaliação das correntes quanto ao número de presentes na assembleia, um critério subjetivo.

A ASSEMBLEIA DO DIA 15/03

Houve uma reunião dos professores da O.C. logo antes do Conselho de Representantes Estaduais (CER) e da assembleia da categoria.

As correntes que participaram, com exceção do CSM-LG, decidiram defender um chamado de assembleia para o dia 05 de abril.

A assembleia do dia 15 de março acabou por mostrar que os setores da APEOESP e da Oposição Combativa resultaram nas mesmas defesas, ainda que com diferenças secundárias, de não unificação dos movimentos grevistas.

A CSM-LG/PPRI entende que sem a defesa da estabilidade e efetivação sem concurso, por meio de greves unitárias, a oposição concluiu como conivente com a direção burocrática da Apoesp. ●

APENAS A UNIDADE NA LUTA PODERÁ TRAZER A VITÓRIA DA CATEGORIA

Governo e burocratas colaboram com a burguesia em sua ofensiva contra as condições de vida dos assalariados

 Foi aprovado o *Projeto de Lei Complementar* (PLC) para regulamentar as relações de trabalho dos motoristas por aplicativos. O Grupo de Trabalho Tripartite (GTT), que reúne governo, empresas e centrais, aprovou o texto base, que será enviado ao Congresso. O PLC aprovado ficou restrito aos motoristas de transporte de passageiros (Uber, 99 etc.); ainda não houve acordo com os entregadores.

O DIEESE publicou a “Síntese especial – subsídios para o debate” em que avalia o PLC das “atividades de prestação de serviços, transporte de bens, transporte de pessoas e outras atividades executadas por intermédio de plataformas tecnológicas”. Suas conclusões são relevantes para compreender o que foi aprovado e suas consequências para os motoristas, mas também para todos os assalariados.

O QUE ESTEVE EM DEBATE NO GTT

As centrais exigiram: 1) “Regulação tributária e trabalhista conforme setor de atividade ao qual a empresa está vinculada” (transportes de passageiros e mercadorias); 2) prevalência dos acordos e convenções coletivas mais vantajosas para os trabalhadores; 3) direito de sindicalização; 4) acesso dos sindicatos e trabalhadores “às informações sobre o algoritmo” das empresas; 5) direito de “flexibilidade do(a) trabalhador(a) para poder definir seus horários de trabalho e descanso, dentro do limite diário e semanal da jornada de trabalho, com direito à desconexão e DSR (Descanso Semanal Remunerado)”; 5) “vínculo indeterminado para trabalhadores(as) habituais e autônomos para trabalhadores eventuais”; 6) jornada de trabalho pelo “tempo à disposição da empresa-plataforma ... independentemente da realização ou não de serviço” (8 horas/dia e 44/semanais), “com direito a hora extra, caso ultrapasse esse horário”; 7) filiação dos motoristas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) “como contribuinte obrigatório e recolhimento da parte patronal”; 8) remuneração mínima mensal, e “regras que garantam valor mínimo por corrida/serviço, paradas extras, taxas para

cancelamentos realizados pelos usuários dos serviços e sua atualização anual”; 9) “transparéncia nos critérios relacionados à remuneração, meios de pagamento, fila de ordem de serviço etc.”; 10) “reembolso de despesas com veículos”; 10) códigos e algoritmos “submetidos à auditoria de órgãos especializados do Poder Público”; 11) segurança e saúde de acordo com convenções coletivas; 12) “cadastro único dos trabalhadores e trabalhadoras” de plataformas, e fiscalização pública.

As empresas defenderam: 1) limitar os direitos básicos e que aspectos de saúde e segurança fossem adotadas por meio de “seguros contra acidentes”; 2) piso salarial mínimo para jornada mensal “efetivamente trabalhada” de 220 horas; 3) contribuição exclusiva do trabalhador ao INSS.

Após negociações com o governo e as centrais, as empresas aceitaram: 1) contribuição patronal complementar à contribuição dos motoristas; 2) inclusão desses em “um regime específico” de previdência; 3) fixação de “ganhos mínimos, somada a um valor relacionado aos custos fixos”.

PARA O DIEESE, SAEM GANHANDO AS EMPRESAS

O PLC prejudicará os assalariados porque: 1) fixa um piso salarial mínimo por dia (hora) “de trabalho efetivamente trabalhada e tempo de conexão máximo”, não por jornada de trabalho e pelo tempo à disposição da plataforma; 2) aplica uma “cobertura dos custos no valor de R\$ 24,07/hora” sem atualização automática à inflação; 3) sindicalização, negociação coletiva e direito à Previdência social em regime especial, sob a figura jurídica de “transporte remunerado privado individual de passageiros em veículo automotor de quatro rodas”. Enfim: 4) se reconhece juridicamente a existência de uma “nova relação trabalhista” entre empresa e “trabalhador autônomo”.

Legalizar-se-á, para os novos contratos de 2,1 milhões de trabalhadores de plataformas digitais, uma “nova forma de relação de trabalho, intermediado por empresas que operam apli-

tivos de transporte remunerado privado individual de passageiros em veículos de quatro rodas”, assinala o DIEESE. E que será a empresa quem determinará: 1) “como se dá a execução e distribuição do trabalho”; 2) as “regras que criam impeditivos à recusa de serviços” pelos trabalhadores; 3) “a contrapartida da remuneração pelo trabalho executado, punições e o desligamento da plataforma”, podendo “controlar ganhos, alterando o valor pago por corridas e impondo grande variação nos rendimentos dos (as) trabalhadores (as)”.

Os motoristas estarão “submetidos (as) ... a uma avaliação rígida, sem direito a interferir nos critérios de avaliação e sem direito à contestação”. As empresas usarão as avaliações para “punições, como a suspensão temporária do acesso ao aplicativo, ou a exclusão”. E a “relação de trabalho” será controlada pelo algoritmo de propriedade das empresas, fixando “parâmetros” e “índices” a serem respeitados (“regras de trabalho, valor do pagamento pelo serviço realizado, jornadas, ritmo de trabalho”, etc.). De forma que as negociações “com novos atores sociais, que estavam pela primeira vez em um processo de negociação ... em ambiente marcado pelo avanço tecnológico e pela hegemonia da ideologia própria do neoliberalismo em diversas áreas, particularmente no mundo do trabalho...”, resultou “benefícios” especialmente para as empresas, afirma o DIEESE.

COMO SERÃO OS ‘NOVOS CONTRATOS’ PARA OS MOTORISTAS POR APLICATIVOS

O piso da remuneração será o “equivalente” a um salário mínimo nacional por uma jornada “efetivamente trabalhada”: o tempo em que o motorista está em uma corrida – ou por 176 horas mensais (8h/dia). A jornada de trabalho será definida pela “conexão” do trabalhador ao aplicativo e não poderá “ultrapassar” as 12 horas/dia – ou o mínimo de 8 horas/dia¹. Aprovado o PLC,

1. A média da jornada de trabalho hoje no setor é de 9,58 horas/dia, para uma jornada de 47,9 horas/semana (incluídos os domingos)

o valor/hora será de R\$ 8,03 (R\$ 1.412 por 176 horas, com arredondamento). Se, no final do mês, o valor apurado for menor ao mínimo/hora trabalhada que o fixado pelo PLC, a empresa pagará a diferença.

O valor por hora em vigência no setor é de R\$ 11,80, sem distinção entre remuneração por hora trabalhada e os custos de veículos, seguros, etc. que recaem exclusivamente sobre o motorista. Agora, se separará na “planilha” dos ganhos o valor/hora de trabalho desses custos, incorporando um adicional de R\$ 24,07 (que deverão cobrir gastos em pedágios, tarifas pelo uso do aparelho celular, combustível, reparo de veículos, seguro, etc.). Apesar de aprovado, não há ainda um acordo final nesse ponto porque, para as empresas, eleva a “remuneração/hora” a R\$ 32,10 (ou R\$ 5.649,60 mensal). Quanto à Previdência, os trabalhadores recolhem 7,5% sobre o valor de referência, e a empresa, 20% (descontado da remuneração). Atualmente, os motoristas recolhem como Microempreendedores Individuais (MEIs).

O máximo de 12 horas é entendido para uma única plataforma. Se o motorista precisar complementar sua renda, será “livre” para recorrer a outra plataforma, para trabalhar horas a mais. Quer dizer, poderá estar disponível 24 horas, mas somente ganhará por hora que esteja efetivamente em “corrida”. Todo o tempo que é “gasto” pelo motorista na espera de cliente, da chamada para a corrida, abastecendo o carro, etc. não terá remuneração. O que se refletirá no recolhimento do INSS: se a remuneração é por “hora efetivamente trabalhada”, o motorista receberá o equivalente ao tempo da viagem, e mais nada.

Sobre a suposta conquista da “autonomia” para fixar a duração de sua jornada de trabalho, como bem assinala o DIEESE: “quanto menos viagens, menor salário” – e menor a “pontuação” do trabalhador. Além disso, a “flexibilidade” será condicionada pelos “horários picos” em que mais corridas acontecem.

Finalmente, serão as empresas que definirão, por meio de algoritmos próprios, qual o repasse final para o motorista por cada corrida. O que permitirá aos capitalistas dos aplicativos fazer de tudo para “achatar” o ganho real e, dessa forma, diminuir também as contribuições tributárias e previdenciárias.

BUROCRACIA, GOVERNO E PATRONATO UNIDOS ATACAM OS DIREITOS TRABALHISTAS

Em nota da CUT, CTB, NCST, UGT e Força Sindical, caracteriza-se o PLC como “uma inovação do governo do Presidente Lula” que responde aos “desafios do mundo do trabalho e da ampla desproteção existente”. E que “qualifica” o trabalho autônomo dos motoristas “com direitos equivalentes àqueles que tenham vínculos assalariados, tais como o limite de jornada de trabalho, segurança social (auxílio maternidade e auxílio-doença), e direitos à aposentadoria, piso mínimo de remuneração, medidas de saúde e segurança”, etc. Nas palavras dos burocratas, “os avanços conquistados... representam um marco na história de luta da classe trabalhadora brasileira”. Caracterizam, portanto, como “exitosa” a negociação no GTT, e que agora se trata de “pressionar parlamentares a aprovarem o projeto”.

qualquer recurso individual à Justiça do Trabalho sobre as bases da CLT.

COMBATER OS RETROCESSOS COM A LUTA DE CLASSES

Sem dúvida, a principal vitória da burguesia é a legalização da destruição do vínculo empregatício baseado na estabilidade. Como caracteriza o DIEESE, criaram-se as condições legais para o “assalariamento formal por prazo indeterminado”. Ou seja, de um “trabalhador autônomo com intermitência no vínculo empregatício”, “remuneração salarial por hora efetivamente trabalhada”, “jornada máxima de 12 horas” – sem férias nem 13º – e “regime previdenciário especial”.

Nisso reside a essência da “inovação” promovida pelo governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, e que será muito festejada pelo patronato, ao lhe garantir juridicamente um aumen-

Sem dúvida, a principal vitória da burguesia é a legalização da destruição do vínculo empregatício baseado na estabilidade.

Como caracteriza o DIEESE, criaram-se as condições legais para o “assalariamento formal por prazo indeterminado”.

Essa afirmação nega aquelas contidas na nota do DIEESE que, como vimos, afirma que foram as empresas que impuseram suas condições. E para ocultar o retrocesso imposto às condições trabalhistas, e, sabendo que poderá acabar atingindo outros setores, a burocracia sindical está fazendo uma ampla campanha em defesa do acordo, acusando a quem o critique de “direitista”.

A aprovação do PLC dos motoristas é uma derrota para os trabalhadores. A burocracia oculta e falsifica essa conclusão, porque está empenhada em servir de instrumento à governabilidade de Lula/Alckmin. Essa traição custará caro a todos os trabalhadores. A experiência ensina que a terceirização das atividades meio foram estendidas às atividades fim, graças à Reforma Trabalhista vigente. De forma que, logo mais, as “relações trabalhistas” aprovadas para os motoristas serão estendidas para outros setores da economia, para a produção e os serviços. E, havendo o precedente legal e jurídico já constituído, fecha-se definitivamente

to dos lucros, rebaixando as condições de vida à mínima expressão. O capital financeiro também vai celebrar porque, graças ao “reconhecimento” legal da atividade, se cria mais uma fonte de arrecadação para o governo cumprir as metas do Arcabouço Fiscal. Ou seja, para continuar pagando a dívida pública.

Os assalariados devem preparar-se para a nova ofensiva dos capitalistas que se abre com a traição dos burocratas. Os motoristas e entregadores, por sua vez, terão de atravessar pela experiência prática para compreender que o projeto aprovado está na contramão de suas necessidades, e que não se poderá reverter esse quadro de retrocesso e a brutal exploração e degradantes condições de trabalho, sem erguer um poderoso movimento unificado e nacional dos explorados, baseado nas convocatórias de assembleias de base e um plano de reivindicações unitárias. Por meio dessa luta é que esgotarão sua confiança nos burocratas e avançarão um passo em sua independência de classe.

Ocupar a Avibrás até impor o fim dos lay-off, manutenção dos empregos e pagamento dos salários atrasados!

No dia 14 de março, os operários da Avibrás (São José dos Campos/SP – SJC) ocuparam por um dia o pátio da empresa, reivindicando o pagamento dos salários atrasados. Já são 11 meses de salários que se devem aos trabalhadores, e se vão dois anos de suspensão de contratos (lay-off) e ameaça de demissões.

Havia ilusões da direção da CSP-Conlutas na homologação pela Justiça da “Recuperação Judicial” da empresa (20/01/2024). A decisão judicial obriga a Avibrás a saldar suas dívidas (R\$ 376 milhões, dos quais R\$ 14,5 milhões são dívidas trabalhistas), antes de prosseguir com sua venda. O que foi recebido pelo sindicato dos metalúrgicos de SJC como um sinal de que agora sim se pagariam os salários atrasados.

As ilusões se desfizeram, quando a empresa cancelou a reunião onde se recolocaria o problema. Revoltados, os operários foram à Avibrás, romperam a grade e ocuparam o pátio. Segundo o presidente do sindicato, “É uma questão de emprego e de soberania. Bolsonaro não fez nada, e o governo Lula, até agora, também não. Estamos exigindo do governo que mantenha os empregos, e estatize a Avibrás ...”.

Foi importante o passo dado pelos operários, com a ocupação do pátio, contra a medida arbitrária da patronal. Porém, ocupar por um dia o pátio não mudará o rumo da desnacionalização da empresa, nem garantirá impor à patronal o pagamento dos salários atrasados, nem garantirá a defesa dos empregos que estão ameaçados pelos lay-off.

Por isso, é necessário radicalizar e estender o movimento. No centro da luta, deve-se erguer bem alto a bandeira da estatização sem indenização da Avibrás, com controle operário. Privatizações e desnacionalizações são precedidas sempre pela destruição de empregos e direitos trabalhistas. Dessa forma, se garantem aos capitalistas, que tomarão posse das empresas, condições de trabalho mais rebaixadas, e elevados lucros. Isso se passou com a privatização das linhas 8 e 9 da CPTM. E acontecerá com a linha 7 e o Trem Intercidades, recentemente leiloados. A defesa da estatização está ligada à defesa do emprego e salários.

A política da direção da CSP-Conlutas, de correr atrás dos passos e medidas do governo e judiciário, é a via da derrota. O fato de os operários não cobrarem 11 salários atrasados, e continuarem em lay-off, sob ameaça de entrega da empresa a capitais estrangeiros, demonstra seu completo fracasso. É defendendo a imediata ocupação por tempo indeterminado e convocando uma assembleia geral dos metalúrgicos de SJC em apoio à Avibrás, que se dará um passo prático na defesa dos empregos e dos salários, erguendo uma campanha de apoio aos operários, com mobilizações de rua e manifestações massivas.

É com a luta de classes, e não se submetendo às manobras do judiciário, que se realizará um sério avanço na luta pela estatização, e se imporá a defesa de todos os empregos e dos salários! ●

8M SÃO PAULO

A que ponto chegamos na opressão às mulheres no Brasil e no Mundo?

Manifesto PPRI - 08 de março de 2024

GAZA: 9 MIL MULHERES ASSASSINADAS PELO ESTADO SIONISTA E GENOCIDA DE ISRAEL

O número de assassinatos de mulheres em Gaza pelo Estado sionista, armado pelos Estados Unidos, é uma barbaridade inaceitável em si mesmo. Porém, a violência extrema que é desfechada sobre as mulheres palestinas inclui também a morte de seus filhos, em número ainda maior, as amputações de membros e estupros, as prisões, a tortura, a expulsão de seus lares, a privação de água, comida e atendimento médico.

Um enclave do imperialismo estadunidense na região, com mãos sionistas que movem armamentos e munições fornecidos pelos EUA, massacra um povo inteiro, e de forma ainda mais violenta as mulheres.

Governos do mundo inteiro se dizem chocados com as atrocidades, mas não tomam nenhuma medida concreta para pôr fim ao genocídio. Nem mesmo expulsam os embaixadores sionistas de

seus países. Mantêm todos os acordos diplomáticos, comerciais, de defesa e segurança, acadêmicos, etc. Ao não fazerem nada de concreto diante de tamanhas barbaridades, como os fuzilamentos na fila da farinha, enviam a mensagem ao governo Netanyahu de que nenhuma atrocidade poderá mexer com os acordos que Israel possui com os demais países. Apenas os rebeldes houthis, que controlam parte do Iêmen, bombardeiam navios de países apoiadores de Israel e dos EUA no Mar Vermelho, até que haja cessar fogo definitivo. Qualquer medida concreta de governos no mundo todo, para deter o genocídio, somente pode resultar da luta de classes, da pressão das massas oprimidas sobre seus governos.

As massas mundiais tomaram seu partido: estão ao lado dos palestinos, em todos os continentes. Greves e ocupações operárias em portos na Espanha, Bélgica e Grécia buscaram impedir o embarque de insumos para que Israel

continue massacrandos os palestinos. As manifestações massivas ocorrem em toda parte, e maiores ainda nos países mais próximos à Palestina. Até nos EUA, em Nova Iorque, dezenas de milhares enfrentaram a chuva e o frio para se manifestarem em favor da Palestina, e a maioria dos sindicatos do país aderiu à aliança em favor do cessar fogo em Gaza. Essas manifestações se chocam com a política de omissão dos governos diante dos massacres, e apontam para a unidade mundial das massas em defesa dos palestinos.

No Brasil, ainda existe pouco empenho das direções das organizações de massa para mobilizarem suas bases para as manifestações. A sustentação e apoio ao governo burguês de Frente Amplia de Lula/Alckmin e os interesses eleitorais e corporativos ainda são colocados acima da defesa dos palestinos massacrados. Até as correntes que integram as manifestações buscam canalizá-las para a via da dispu-

ta eleitoral. Uns, com a tentativa de transformar as manifestações em atos em favor do governo; outros defendem que se unam as bandeiras de disputa eleitoral à de defesa dos palestinos. A luta real contra o genocídio passa pelo rechaço ao eleitoralismo e organização da luta de classes ao redor das reivindicações que correspondem à derrota militar do sionismo e do imperialismo. Ou seja, pela ruptura total de quaisquer relações com Israel, expulsão de seu embaixador, bloqueio do envio de qualquer mercadoria ou serviço que possa ajudar os genocidas no Oriente Médio, por meio de greves, ocupações e bloqueios. Para salvar a vida de mulheres palestinas, é preciso organizar a luta independente dos explorados contra os exploradores e seus governos.

EUA: DIREITO AO ABORTO É DESTRUÍDO

As decisões judiciais em vários estados estadunidenses que retrocedem a legislação do aborto refletem as tendências direitistas da burguesia mundial. A decomposição do capitalismo, que se manifesta hoje no avanço da crise econômica mundial, leva a que os capitalistas e seus governos, partidos e instituições (“democráticas”) se voltem a despejar sobre as massas oprimidas o custo da crise do sistema. Têm de obter dos governos a capacidade de sustentar o parasitismo sobre as dívidas públicas impagáveis, cortando gastos e investimentos públicos, e assim rebaixando os salários indiretos. Sabemos que as maiores perdedoras com a Reforma da Previdência no Brasil foram as mulheres. Têm também de favorecer o aumento da superexploração capitalista sobre as massas assalariadas, por meio da precarização do trabalho, que afeta cada vez maior quantidade de trabalhadoras. Diante da tendência estrutural da queda das taxas de lucros, agravada pela crise atual, os capitalistas devoram parte dos salários e direitos. As maiores afetadas são as mulheres.

A defesa das condições de vida e trabalho das massas, a maioria mulheres, não se dará por meio das eleições, da disputa parlamentar, das negociações no campo dos ataques fixados pelos governos e capitalistas, nem da via judicial. Tem de vir pela luta de classes, que se organiza com independência de classe, a partir da democracia operária. A luta de classes permite unir as massas para defender as condições de

vida e trabalho dos oprimidos. Da burguesia e de seus governos, partidos e instituições, nada virá de progressivo, no Brasil e no mundo.

BRASIL: RECORDE DE FEMINICÍDIOS

O Brasil registrou em 2023 um recorde de casos de feminicídio: 1.463 casos, cerca de quatro por dia, um aumento de 1,6% em relação a 2022. Podemos adicionar a esse dado o aumento dos estupros, violência sobre mulheres e menores, discriminação no trabalho e nas ruas. Apesar da legislação avançar, de se terem mais delegacias da mulher, de se ampliarem as decisões de distância para os agressores em relação às mulheres, a violência e as mortes de mulheres só têm crescido no Brasil. A opressão sobre as mulheres cresce com a maior decomposição do capitalismo mundial. A razão disso é que um modo de produção em decadência só pode resultar em cada vez mais violência sobre os oprimidos em geral, e em particular sobre as mulheres. E do Estado, fonte de violência social, não virão ações que de fato protegerão as mulheres diante dos agressores. O Estado burguês é incapaz sequer de amenizar a violência sobre as mulheres. Não será possível nem mesmo reduzir a violência sobre a mulher por meio de medidas educativas ou repressivas, quando a base econômica e social se desintegra e favorece cada vez mais a violência social em geral. Cada vez mais, é por meio da luta de classes, que se projeta CONTRA o Estado burguês e CONTRA os capitalistas, seus governos, partidos e instituições, que se defenderão as mulheres e demais oprimidos da sanha dos exploradores e de sua violência.

O CULTURALISMO É O OPÓSTO DA DEFESA DAS MULHERES POR MEIO DA LUTA DE CLASSES

As teses culturalistas surgiram no século XIX, justamente quando o capitalismo entrava na sua fase de decomposição, o imperialismo. Surgiram em contraposição ao marxismo, ao socialismo científico, que sustentava que o fim da opressão de todo tipo viria por meio da revolução proletária, do fim da propriedade privada dos meios de produção, base histórica de toda forma de opressão. Em oposição à luta de classes como motor da História, o culturalismo pregava que a educação, a coação, a punição, enfim, a mudança da cultura levaria à mudança das re-

lações sociais. Assim, por essas teses, não haveria por que desenvolver a luta de classes, e sim poderia haver uma conciliação entre camadas de classes opostas, mas consideradas ambas afetadas pelas opressões. O final do século XX trouxe a assimilação por parte da maior parte das esquerdas das teses culturalistas. Ao invés de desenvolverem a luta de classes, passaram a misturar culturalismo com marxismo, o que resultou em sectarismo e reformismo eleitoreiro. Ao invés de organizarem os oprimidos para lutarem com independência de classe pelas reais necessidades, passaram a defender que é possível oprimidos e opressores trabalharem juntos pelo mesmo interesse no interior do Estado burguês ou a partir dele. Enquanto se galgam postos e cargos, se negociam no parlamento e se judicializam as demandas femininas, as mulheres sofrem cada vez mais violência.

A DEFESA DAS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES É TAREFA DAS ORGANIZAÇÕES DE MASSA, E COM OS MÉTODOS DA LUTA DE CLASSES

As reivindicações mais sentidas pelas mulheres, como as de igualdade no trabalho, direito ao aborto, a creches públicas para todas, direitos específicos da maternidade, etc. são parte das reivindicações gerais das massas. As organizações de massa, as centrais, os sindicatos, o MST, a UNE, os DCEs, os CAS, as organizações de bairro, moradia, têm a obrigação de incorporar as reivindicações específicas das mulheres nas pautas das campanhas salariais e demais mobilizações. É por meio da luta ombro a ombro que se podem combater as várias manifestações da opressão de classe, incluída a opressão sobre a mulher. Se se pretende educar os homens, é preciso que isso se faça na mobilização, na luta de classes. A educação política leva ao aumento da consciência coletiva de classe, e se desenvolve nas lutas contra a burguesia e seus governos.

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA ESTABELECERÁ AS CONDIÇÕES PARA SE AVANÇAR EM DIREÇÃO AO FIM DA OPRESSÃO SOBRE A MULHER, E TAMBÉM AO FIM DE TODA FORMA DE OPRESSÃO

“O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher no casamento monogâmico, e a primeira

opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo sexo masculino”, já dizia Engels (A origem da família...), o parceiro de Marx. A opressão sobre a mulher se desenvolveu historicamente de várias formas, mas tendo sempre como base a propriedade privada, em geral nas mãos dos homens. O fim definitivo da opressão sobre a mulher depende do fim da propriedade privada, que é sua base material. Não basta a revolução proletária, que acabará com o poder político e econômico da burguesia, mas ela é a base fundamental sobre a qual se poderá eliminar definitivamente toda forma de opressão, que são as várias manifestações da opressão de classe. Uma

sociedade socialista, onde a propriedade social (de todos e de ninguém ao mesmo tempo) seja dominante, extinguirá as classes e com elas todas as formas de opressão social.

O primeiro passo para se avançar nessa direção é a organização da luta da maioria nacional oprimida, ao redor das suas reivindicações gerais e particulares, com independência de classe e os métodos da luta de classes, sob a mais ampla democracia operária, de forma a erguer um movimento que imponha à burguesia e seus governos as reivindicações das massas. Sobre a base desse movimento, as massas constroem suas organizações próprias, e vão criando as bases da nova sociedade.

Assim, a luta pelo socialismo não se separa da luta pelas reivindicações imediatas, ao contrário, se estabelece uma ligação inquebrantável entre uma e outra. As mulheres, maioria das massas oprimidas, têm o seu lugar à frente disso tudo. A tarefa do partido-programa é trabalhar para que isso se realize. ●

Em defesa do direito ao aborto! Trabalho igual salário igual! Proteção integral à maternidade! Universalização das creches!
Em defesa da revolução e ditadura proletária!

8M: subordinação das reivindicações das mulheres trabalhadoras e das massas em geral ao eleitoralismo e conflitos burocráticos refletem o domínio das políticas pequeno burguesas

O 8 de Março em São Paulo realizou um ato e passeata pela Avenida Paulista, rumo ao centro velho da cidade, e esteve marcado pela política governista e eleitoreira da maioria dos partidos e demais organizações participantes. As bandeiras próprias da luta da mulher contra a violência e opressão, assim como as de igualdade quanto aos homens no trabalho, estiveram subordinadas às de defesa do governo e disputa eleitoral, tais como “combater a extrema-direita e o fascismo”, “em defesa da democracia”, “derrotar o bolsonarismo”, etc. No carro som principal, predominaram as falas de parlamentares e candidatos às próximas eleições municipais. A defe-

sa dos palestinos diante do genocídio em Gaza foi feita principalmente pela Frente Palestina, com seu bloco, e evitada pela maioria das correntes. Além dessa questão, todas as bandeiras dos movimentos que podem ser rejeitadas pelos eleitores de direita foram evitadas. Ao colocarem o resultado eleitoral como objetivo mais elevado, as correntes chegam ao ponto de baixar as reivindicações mais sentidas pelas mulheres, até mesmo em uma manifestação do dia internacional de luta das mulheres trabalhadoras. Ao final das contas, mostram-se dispostas a trocar votos pela violência sofrida pelas mulheres, aqui e na Palestina.

Também se destacou, no início do ato, o conflito burocrático ao redor

da proibição da fala do PCO, que respondeu com agressões às organizadoras, e que foi respondido com a intervenção policial dentro da manifestação. Imediatamente ao fato, registramos nosso rechaço quanto à repressão policial no interior do movimento, no boletim publicado no dia seguinte. Mas tivemos de nos posicionar novamente, logo após uma carta pública assinada por organizadores do 8 de Março, a qual acusou o PCO de usar métodos “fascistas”, sem rechaçar a PM, portanto se colocando ao lado da repressão estatal. É dever de todo manifestante classista se colocar contra qualquer intervenção da PM em todo movimento. Os conflitos dentro do movimento, é o movimento que resolve.

Essa manifestação do 8 de Março esteve mais uma vez marcada pela ausência do proletariado, intervindo de forma organizada e independente, com sua própria política e métodos. A política proletária levanta as reivindicações mais sentidas pelas massas femininas oprimidas para unir-as num movimento assentado na luta de classes, na democracia operária, na independência de classe, e como parte da luta mais geral do conjunto dos explorados contra os exploradores e seus governos. A política proletária permite unir a luta das mulheres à luta pela revolução proletária, que criará as condições para acabar com todas as manifestações da opressão de classe, com toda forma de opressão. ●

PM reprime o PCO no ato do 8M da Avenida Paulista

Fora a PM das manifestações!

Pelo fim da PM! Pela independência de classe dos movimentos!

Nota PPRI - 09 de março de 2024

O ato do 8M em São Paulo começou com um conflito entre o PCO e as correntes organizadoras da manifestação. Ainda quando o caminhão de som estava parado junto ao MASP, o PCO reivindicou a palavra e os organizadores lhe negaram, com uma resolução burocrática. O PCO respondeu burocraticamente: ameaçou que, se não falasse, impediria fisicamente que o caminhão se deslocasse. O que colocou em prática por meio da agressão física, respondida enquanto tal. A PM interveio, como de costume, repressivamente, invadindo o espaço da manifestação, prendendo um militante do PCO e tomando-lhe sua grande faixa.

Todos os que participam das manifestações de massa e assembleias conhecem bem as atitudes burocráticas de direções sindicais no sentido de impedir que opositores possam usar da fala para defender suas posições. Em geral, as oposições só falam por pressão das bases, a contragosto das direções. Todos sabem também que em geral só falam as organizações que compõem a organização dos atos, ou aqueles a quem essas organizações permitem falar – em geral, parlamentares, personalidades, etc. As exceções confirmam a regra.

São conhecidas também as atitudes gangsteris do PCO no interior dos movimentos. Não têm como política se apoiar nas bases para se contrapor às direções, e sim se organizam como bando para responder à violência burocrática com a violência física dos aparatos à margem das massas. Também usam dessa violência gangsteril para se impor ou chantagear os movimentos. Agridem mulheres, colocam mulheres para agredir em nome de marmanjos, etc.

As atitudes burocráticas de direções e as respostas burocráticas do PCO são destrutivas aos movimentos. Ambas devem ser rechaçadas e combatidas por meio da democracia operária, que às vezes é impositiva pela força, mas essa força vem da maioria, e não de grupos organizados com a finalidade de agredir.

Já a intervenção da PM no interior do movimento, seja em favor de um lado ou de outro, deve ser rechaçada totalmente. A PM é uma instituição criada pela ditadura militar no Brasil para massacrar os movimentos e a população empobrecida das periferias, especialmente os pretos e pardos. A PM é o cão de guarda da burguesia e de seus governos contra as massas que se levantem contra a opressão e exploração. É um órgão morto-vivo da ditadura militar, a qual acabou formalmente em 1985. Os movimentos sociais não cansam de repetir acertadamente que querem o fim da polícia militar.

Por isso, é preciso rechaçar a intervenção da PM na manifestação, por mais raiva justificada que se tenha do PCO. Em qualquer ação repressiva da PM contra qualquer setor do movimento, a tarefa elementar de qualquer militante classista é ficar ao lado do reprimido contra o aparato repressivo da burguesia. O que não significa apoiar a política do PCO, muito menos seus métodos. Manter a PM fora dos movimentos é defender o conjunto das organizações que o compõem, que agora podem se sentir defendidas diante do PCO, mas logo poderão ser vítimas da repressão dessa mesma PM em outra situação. O aparato repressivo é a parte sobre a qual se fundamenta o Estado burguês, ditadura de classe dos exploradores sobre os explorados. Servem para garantir pela força repressiva os interesses

Em qualquer ação repressiva da PM contra qualquer setor do movimento, a tarefa elementar de qualquer militante classista é ficar ao lado do reprimido contra o aparato repressivo da burguesia.

da classe dominante, por mais que se enfeitem de democráticos e enganem parte das massas. De qualquer forma, nosso dever é combatê-los, todos os dias, ajudando as massas a se livrarem de suas ilusões e caminhando para derribá-los pela via revolucionária.

As mulheres são também vítimas da repressão policial e da colaboração dessa instituição com a violência que sofrem em casa, no trabalho e nas ruas. Seu papel é na linha de frente no combate à intervenção policial no interior das manifestações, no que devem ser apoiadas pelos homens que tenham consciência de classe e combatam a burguesia, seu Estado e seu aparato repressivo.

Nossa denúncia e rechaço aos métodos burocrático-gangsteris do PCO não nos impedem de combater firmemente a repressão policial e a intervenção a PM no interior dos movimentos! ●

Nada de resolver os conflitos dos movimentos pela ação policial ou do Estado burguês!

Fora a PM das manifestações!

Pelo fim da PM!

Por que não assinamos nem concordamos com a nota *"Em defesa da organização do 8M em São Paulo"*

 Depois de o PCO ter respondido com violência burocrático/gangsteril à sua exclusão das falas no 8M pela organização da manifestação, e da intervenção da Polícia Militar dentro da manifestação, reprimindo-o e lhe tomado a faixa, imediatamente fixamos nossa posição de rechaço da presença da PM no interior da manifestação e sua ação repressiva, ainda que condenemos o PCO por sua política e métodos. Pouco dias depois, foi publicada uma nota assinada por várias organizações e partidos, intitulada "Em defesa da organização do 8M em São Paulo". Fixamos agora nosso desacordo com essa declaração.

O elemento político central da nota é definido como "defender a democracia, nossas vidas e nos colocar em mais um momento de resistência contra o fascismo no Brasil". Também afirma em sua conclusão que "Continuaremos nas ruas enfrentando o fascismo e a Extrema Direita, denunciando a violência contra as mulheres que assola nosso país, defendendo a democracia" (sublinhados nossos). Também acusa o PCO, afirmando que "Esses são métodos do fascismo" e que é "uma organização com métodos fascistas, misóginos e racistas".

O fascismo é um regime político bem definido na História, e não se deve usar esse termo de forma leviana. O fascismo surge na Europa, nos países imperialistas, como expressão do capital financeiro, para enfrentar as massas quando estas ameaçam o poder político e econômico da burguesia. Essencialmente, suprime o regime de democracia burguesa (ditadura de classe da burguesia), seu funcionamento parlamentar e eleitoral, e fundamentalmente ataca e destrói as organizações das massas, impedindo-as de seguir avançando na luta de classes. Nos países semicoloniais, de capitalismo atrasado, como o Brasil e o continente latino-americano, que importaram o capitalismo, de fora para dentro, o fascismo é trazido como um regime de proteção dos interesses do mesmo capital financeiro das potências (que explora e saqueia as semicolônias), e também das burguesias nacionais subordinadas a ele. Também é erguido como uma barreira contra o levante revolucionário das massas, também suprime ou anula o parlamento e as elei-

ções, e fundamentalmente também se volta à destruição das organizações das massas – sindicatos, partidos e demais organizações populares.

Embora Bolsonaro seja um fascista, pelas suas ideias e falas, não conseguiu implantar sequer um regime bonapartista durante seu governo. Teve de se subordinar às disputas e negociações parlamentares, e não foi necessário erguer um regime de destruição das organizações de massa, que não chegaram a ameaçar o poder da burguesia, ao contrário, as direções sindicais jogaram um papel de colaboração de classes na aplicação das medidas de ataques às massas, negociando tudo no campo de ataques delimitado pelos capitalistas e seus governos.

O suposto perigo do "fascismo" tem sido amplamente utilizado pelas esquerdas para justificar o apoio e a subordinação política à frente ampla burguesa que levou à eleição do governo burguês de Lula/Alckmin, e também para agir no sentido de evitar que as massas saiam às ruas e usem os métodos da luta de classes para defender suas reivindicações, suas necessidades mais sentidas, por causa do receio de que a luta de classes espante uma parcela do eleitorado em direção à direita que cresce a cada eleição. Abre-se mão da defesa das necessidades mais sentidas das massas em favor do apoio e subordinação a um governo burguês, que tem como força e base parlamentar os partidos que derrubaram Dilma com um golpe institucional, e que apoiaram Bolsonaro nas últimas eleições; e como políticas centrais, as de defesa dos interesses da burguesia mais reacionária do país, o capital financeiro parasitário e os capitalistas que superexploram as massas por meio da maior precarização do trabalho. Dessa forma, as bandeiras que expressam os interesses mais sentidos pelas massas são abandonadas pela esquerda "democrática". Enquanto o governo que defendem essas direções continua aplicando essencialmente as mesmas políticas dos governos anteriores (garantia de sustento do capital financeiro, contrarreformas, etc.), caracterizados de direitistas e fascizantes.

Hoje, novamente, as esquerdas democratizantes (que abandonaram a luta de classes em função dos interesses eleitorais e de aparato) erguem o

temor da ameaça do fascismo, como já tinham feito em 2018, e novamente em 2022. Se de fato o fascismo estivesse a ponto de ameaçar o atual regime político, essas mesmas esquerdas não deveriam estar mobilizando as centrais sindicais, a UNE, o MST, os sindicatos, os DCEs e CAs, para fazer frente ao "perigo" do fascismo, por meio da mobilização ao redor das reivindicações? Mas nada disso é feito. O que se faz é exatamente o contrário. Chamam a confiar nas eleições, nas negociações, no parlamento, na judicialização, enfim, nas instituições dominadas pelos exploradores, para "construir" um novo "futuro", por meio da democracia oligárquica e apodrecida, dominada pelas frações mais reacionárias da burguesia, e cada vez mais estreita. Instigam o medo de uma suposta ameaça fascista para empurrar ainda mais as massas para o caminho de derrota na disputa eleitoral e nas demais instituições burguesas.

Não se enfrenta a extrema-direita (que se fortalece sim, diante da contenção da luta de classes), sem a ação direta das massas. Quanto mais se desencoraja a mobilização e unidade nacional das massas ao redor das reivindicações para derrotar a burguesia e seus governos, mais se abre o caminho para que a extrema-direita se fortaleça. Trata-se de uma tendência mundial da burguesia, diante do agravamento da crise mundial de seu modo de produção, em decomposição. Na Europa, o abandono das bandeiras das massas está permitindo que a extrema-direita assuma reivindicações que seriam historicamente da esquerda, e avance sua influência em todos os terrenos, inclusive tomando governos. O retrocesso da esquerda para as posições de defesa da democracia burguesa em decomposição, e dos interesses do imperialismo – do sustento de guerras e apoio a políticas de maior exploração e opressão –, estende o tapete para a extrema-direita se potenciar.

A bandeira de "combater a extrema-direita", "resistir ao fascismo", é utilizada pelas esquerdas democratizantes como meio de disputa eleitoral, e em oposição à defesa das reivindicações das massas por meio da luta de classes. Ou seja, é uma bandeira que serve ao engano e ilusão das massas, que foi e sempre será incentivado pela burguesia,

que usa a democracia burguesa como meio para arrastar a maioria oprimida por trás dos candidatos, partidos e políticas que defendem a preservação da propriedade privada dos meios de produção, e portanto da opressão de classe e todas as suas manifestações. Por isso, a rejeitamos, porque serve hoje concretamente aos interesses dos exploradores, e não aos dos explorados. O que não quer dizer que não nos oponhamos com todas as nossas forças a qualquer tentativa concreta de supressão das liberdades democráticas pela burguesia, apenas e tão somente porque nas condições de democracia burguesa é possível desenvolver a democracia operária a partir das lutas e das organizações das massas.

Os métodos do PCO são comprovada e reconhecidamente burocrático gangsteris. Ao invés de se apoiarem no movimento, nas bases, na democracia operária, para enfrentarem as situações em que se lhes tolhem a palavra, recorrem à violência de bando. Estão acostumados

a responder burocratismo com burocratismo. Estrategicamente, não estão em oposição política às demais esquerdas democratizantes. Estão pela defesa incondicional do governo burguês de Lula. Divergem na tática. Enquanto as esquerdas apostam na contenção dos movimentos para defender o governo e impulsionar suas candidaturas, o PCO defende que os movimentos devem ser impulsionados como pontos de apoio para fortalecer o governo burguês de Lula/Alckmin. O PCO não é fascista; usa dos métodos burocrático gangsteris que copiou de muitos sindicatos dirigidos pela esquerda democratizante, quando têm de enfrentar uma oposição política nas assembleias e outras manifestações. O PCO barbariza em suas acusações: as esquerdas também não usam métodos fascistas, nem se organizam junto à PM, como afirma Rui Pimenta. Mas as esquerdas democratizantes estão longe de aplicar a democracia operária em sua prática.

A unidade que a situação exige é a

da luta de classes, contra os capitalistas e seus governos. A real defesa das reivindicações mais sentidas pelas massas não leva ao apoio à democracia burguesa, que é usada como meio de negociação dos brutais ataques às condições de vida e trabalho das massas. Leva ao choque com ela. Leva a dar passos no sentido da democracia operária e da soberania dos oprimidos, praticada nas ruas e nos locais de trabalho e estudo, que se estabelecerá como base do poder próprio das massas. Para isso, os movimentos têm de se separar da política democratizante e covarde das esquerdas subordinadas ao governismo. Têm de se organizar sob a mais ampla democracia operária, ao redor de suas reivindicações mais sentidas, que se chocam com os governos de esquerda e de direita, lutar com seus métodos próprios (greves, ocupações, manifestações de rua), com total independência de classe, e assim dar passos na direção da revolução proletária e do socialismo. ●

ATOS PM
18 03 2024

As direções mostram todo o seu eleitoralismo, enquanto os explorados manifestam tendências de luta de classes

O ato “Pelo fim da violência e do racismo policial”, de 18 de março, realizado em frente à Faculdade de Direito da USP (Largo São Francisco, SP), concentrou mais de 400 pessoas, para denunciar as chacinas da PM na Baixada Santista, sob as ordens do ultradireitista Tarcísio de Freitas. No mesmo dia, o reacionário governador de São Paulo viajou para Israel, a convite do genocida Netanyahu. As palavras de ordem contra as chacinas de pobres e pretos combinaram-se àquelas contra o genocídio dos palestinos.

A maioria das falas defendeu a necessidade de usar toda a força do movimento para pressionar a Justiça pela punição dos policiais assassinos e dos responsáveis políticos: Tarcísio e seu Secretário de Segurança, Derrite. Enquanto isso, parlamentares e vereadores governistas chamavam a rejeição de Tarcísio, fortalecendo as candidaturas dos reformistas para as próximas eleições. Houve também uma voz do movimento que defendeu que os pobres e miseráveis não podiam confiar em nenhum governo burguês. E que, assim como Tarcísio é responsável pelas chacinas da Baixada Santista, tem ministro do governo federal que foi responsável pelas chacinas da PM na Bahia. Chamou ainda de hipócrita o governo, por

ter Alckmin (responsável de chacinas enquanto governador) como aliado. Falas aplaudidas e apoiadas pela base.

Apesar de não poder falar, participamos com nosso Manifesto distribuído entre os moradores dos bairros operários e populares presentes no ato. Seu título (“Fora a PM assassina dos bairros e favelas! Pelo fim da PM! Ruptura de qualquer colaboração e dos acordos do Estado de São Paulo com o estado genocida de Israel!”) chamou imediatamente a atenção da base, e recebeu demonstrações de simpatia. O que demonstrou a convergência da revolta dos pobres e miseráveis com palavras de ordem que impulsionam sua luta radicalizada contra seus oponentes. O mesmo se comprovou quando um jovem denunciou a hipocrisia do governo Lula, defendendo que, assim como o governo e a PM “fazem a guerra” contra pobres e pretos, eles também devem “fazer a guerra” contra aqueles. Enquanto a maioria das direções do ato ficaram constrangidas, a população negra oprimida aprovou sua fala, aplaudindo.

Existem profundas tendências de revolta entre as massas contra os governos que promovem chacinas e massacres contra pobres e miseráveis. Mas, suas direções procuram desviá-las para o apoio aos parlamentares e vereado-



“Existem profundas tendências de revolta entre as massas ... suas direções procuram desviá-las para o apoio aos parlamentares e vereadores, ou impulsionar candidatos.”

tos e movimentos convocar atos e manifestações massivas de rua, unindo a luta pelas reivindicações e a luta pelo fim da PM ao programa e os métodos revolucionários do proletariado. ●

Governistas aproveitam ato contra a ditadura para impulsionar as candidaturas da frente ampla burguesa

O ato pelos 60 anos do golpe reuniu 3 mil pessoas em frente à Faculdade de Direito da USP, no Largo de São Francisco (SP). Quatro dias antes, aconteceu o ato contra as chacinas policiais, onde os movimentos de base do governismo utilizaram suas falas de denúncia contra métodos genocidas próprios da ditadura pela PM, contra pobres e pretos, para chamar a votar contra os candidatos apoiados por Tarcísio (ver nota publicada). Também no ato do dia 23, as direções dos movimentos mostraram seu completo oportunismo, ao usarem o palavreado abstrato em “defesa da democracia” e de “rejeição da ditadura” para chamar a população a “saber votar” nas próximas eleições, pelo governismo, contra Tarcísio e Nunes.

A consigna “Ditadura nunca mais!”, que devia servir de guia para avançar no desmonte de todos os en-

tulhos ditatoriais presentes na democracia burguesa (a exemplo da PM e das garantias dadas aos militares para intervir na política), e punir os militares golpistas e empresários cúmplices da ditadura (vários deles ainda vivos), virou peça da retórica eleitoral para defender o governo Lula/Alckmin, que se subordinou aos interesses dos que estiveram por trás da ditadura de 1964 (o imperialismo), e hoje estão defendendo a farsa da democracia burguesa para atacar e reprimir os explorados e demais oprimidos.

O PPRI participou do ato no Largo de São Francisco distribuindo dois manifestos: o primeiro em nome do partido e distribuído entre setores da vanguarda, o segundo distribuído amplamente entre as bases dos movimentos como parte de uma frente de luta prática. Neles, denunciamos a democracia burguesa como uma das formas da ditadura da burguesia e o

governo de Lula/Alckmin como um de seus agentes políticos. Assinalamos aos explorados que somente vingarão os mortos, torturados e desaparecidos sob a ditadura, assim como todos os assassinados pela PM sob a democracia burguesa, quando se organizem e se mobilizem com sua independência de classe e por meio da ação direta de massas pelas reivindicações que as colocam em choque com a burguesia e seu estado.

Essa defesa no interior dos movimentos e manifestações serve para projetar a luta de classes para que as massas, partindo da experiência prática na luta e exercendo a democracia operária, juntem sua ação revolucionária instintiva à estratégia proletária. ●

*Leia o Manifesto do PPRI
na íntegra, na aba “
Manifestos” de nosso site.*

 ppri4.org



Trabalhadores Portuários Avulsos (TPAs) paralisam os portos públicos por 1 hora em todo o país

Diane das ameaças da retirada da exclusividade no trabalho, a Federação Nacional dos Estivadores (FNE) e a Federação Nacional dos Conferentes e Arrumadores (Fenccovib) convocaram uma paralisação dos portos públicos de todo o país, no dia 14 de março, por uma hora.

A paralisação dos portos públicos por 1 hora ocorreu porque foi instalada na Câmara dos Deputados uma Comissão de Juristas para revisar a legislação dos portos. Segundo declarações dos membros da comissão, o principal objetivo é acabar com a exclusividade dos avulsos. A referida “exclusividade” garante aos Trabalhadores Portuários Avulsos – estivadores, arrumadores, conferentes e vigias de embarcação, categoria que conta com aproximadamente 50.000 operários

em todo o país – que toda vez que houver movimentação de carga dentro dos portos públicos, os Operadores Portuários precisam requisitar a força de trabalho dos avulsos.

Agora, portanto, há duas ameaças das empresas patronais: a referida comissão de juristas e uma Ação no STF para declarar inconstitucional a exclusividade.

Apesar do passo adiante das federações portuárias, é preciso que o movimento avance em sua mobilização unitária e amplie para um dia de paralisação, com o objetivo de deflagrar a greve nacional por tempo indeterminado, de forma a garantir o direito à exclusividade e a preservação dos direitos historicamente conquistados, por meio da ação direta! ●

NOVO ATAQUE DA PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO CONTRA OS CAIÇARAS

O Prefeito de São Sebastião/SP, Felipe Augusto (PSDB), publicou, no dia 19 de março, dezenas de decretos de desapropriação de imóveis de caiçaras no bairro Araçá. O objetivo declarado é de “revitalizar” a orla marítima do município. Junto com os decretos, encaminhou à Câmara Municipal o Projeto de Lei Complementar n. 4/2024, que prevê pagamentos adicionais em desapropriações, e a inclusão das famílias no programa de auxílio-aluguel.

Trata-se, na verdade, de um ataque que visa a dissolver e expulsar a última comunidade caiçara de São Sebastião que ainda vive próxima ao mar. Como denunciamos no Jornal O Internacionalista nº 13, todo o século XX foi marcado pelo avanço da especulação imobiliária sobre os caiçaras, expulsando o povo tradicional da praia para o pé dos morros.

Qualquer projeto de “revitalização” que implique na expulsão dos moradores deixa evidente o seu caráter reacionário, e deve ser repudiado pelos movimentos

e sindicatos. Por se tratar de uma comunidade tradicional caiçara, o ataque é mais grave ainda, exigindo uma resposta unitária e a radicalização do movimento, para que se preserve a comunidade tradicional caiçara! ●

*Em defesa da Comunidade Tradicional Caiçara do Araçá!
Pela derrubada dos decretos de desapropriação! Abaixo o PLC n. 4/2024!*

Fortalecer a greve nas universidades federais e impulsioná-la em todo funcionalismo

Saindo da longa paralisia que marcou o ANDES-SN nos últimos anos, em 22 de março, apontou-se, na reunião do Setor das IFES, a deflagração da greve nacional e por tempo indeterminado a partir de 15 de abril. A reunião do Setor ocorreu após uma rodada de assembleias, entre 11 a 21 de março, na maior parte das universidades federais pelo país, que decidiu majoritariamente pela aprovação da greve na categoria docente.

É bom lembrar que, ao longo de 2023, quando o governo apenas enrolou a categoria dos professores federais, além do conjunto do funcionalismo federal, a direção do sindicato não apontou a “construção da greve” em nenhum momento. Atuou sob a crença de que o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, ao instaurar a Mesa Permanente de Negociação, apresentaria propostas para as demandas salariais, trabalhistas etc.. Mas o governo não o fez, apenas enrolou e, em dezembro, anunciou o zero de reajuste para 2024. Com isso, muitos sindicatos da base do funcionalismo federal tiveram de se posicionar. Entre eles, estava o SINASEFE, que dirige a maior parte dos institutos federais de ensino, a FASUBRA, que dirige os técnicos em administração das instituições de ensino, e a FENASPS, que dirige os trabalhadores do setor da previdência e assistência social; todos apontaram para uma “construção da greve” para o primeiro semestre.

A FASUBRA tornou essa “construção” em algo real, ao aprovar o início da greve em 11 de março, recebendo a adesão de mais de 30 instituições de ensino federal, já na primeira semana. O SINASEFE, após suas plenárias nacionais e assembleias, apontou o início da greve para o dia 03 de abril. No final de fevereiro, ocorreu o 42º Congresso do ANDES-SN, que também apontou a “construção da greve”, mostrando que o início da greve para meados de abril, dia 15, já mostra certa hesitação da direção do sindicato. Apesar disso, a tendência é de que a greve seja instalada no interior das universidades e institutos federais de ensino. A questão está em expandir a greve para o conjunto do funcionalismo.

Para isso, os atos nacionais e a mobilização do conjunto das universidades é fundamental. É fundamental ganhar as ruas, para que os demais setores do funcionalismo federal acreditem no movimento grevista, e pressionem suas direções para também aprovarem a greve. O atual anúncio do bloqueio de quase R\$ 3 bilhões é o indicativo de que o governo não terá “margem” para reajuste do funcionalismo em 2024, muito menos que atenderá pautas que têm impacto econômico, como a reestruturação das carreiras, que é uma reivindicação comum de muitos setores em mobilização.

A GREVE GERAL DO FUNCIONALISMO É POSSÍVEL E NECESSÁRIA

O FONASEFE, que reúne a maior parte dos sindicatos do funcionalismo federal, mostra sua impotência, ao não atuar como uma direção geral do funcionalismo, buscando impulsionar as tendências mais combativas que se apresentam. Esperar algum “consenso” no interior do Fórum para a ação foi o que fez a maioria dos sindicatos em 2023. O setor da

educação federal se lança à greve, apesar do pouco empenho pela unidade das direções no interior do FONASEFE e do FONACATE. Na verdade, as direções, afastadas da luta e das bases, não podem chegar a um “consenso” sobre a melhor “tática” para alcançar as reivindicações salariais e não salariais. O único fato que entrelaça a todas elas é o fato de terem apoiado a eleição do atual governo, e terem colaborado com ele, objetivamente, no ano de 2023. Agora, sob a pressão do arrocho salarial, piorado com a política de congelamento, precisam responder às bases. A unidade verdadeira só pode ser construída a partir das lutas reais, das mobilizações, da greve geral do funcionalismo.

A greve das IFEs pode ser a ponta de lança de um movimento geral de greve do funcionalismo, não tanto pela importância que o setor da educação tem no funcionamento do Estado burguês, mas pelo poder de mobilização massivo que têm as universidades e institutos federais. Ganhando as ruas, em atos massivos, pela recomposição do orçamento da educação, pelo reajuste salarial, pela defesa da assistência estudantil, o setor da educação pode animar os demais setores do funcionalismo federal a também aprovarem as greves setoriais e, assim, construir a greve geral do funcionalismo. Essa é não só uma possibilidade real, já vista em outros momentos históricos, como de luta contra reformas da Previdência, por exemplo, mas uma necessidade para que esse setor do funcionalismo não seja derrotado.

A última greve das universidades e institutos federais ocorreu em 2015, há quase dez anos. Na ocasião, se lutava contra o bloqueio de recursos para a educação federal e a política de arrocho salarial. A greve durou mais de três meses, e alcançou um reajuste salarial, insuficiente, mas superior ao que o governo estava inicialmente proposto a apresentar. Não foi capaz, no entanto, de recompor os recursos para a educação federal, que só despencaram desde então, e defender o conjunto dos serviços públicos. Para isso, era necessário um movimento que ultrapasse o setor da educação, paralisando a máquina estatal e ganhando parte da população para a luta contra o governo. As lições dessa e das greves passadas devem ser fundamentais para organizar a greve atual: é preciso sair dos muros dos institutos e universidades, é preciso ganhar as ruas, em grandes atos, e ganhar o conjunto do funcionalismo, paralisando os serviços e impondo a negociação ao governo. A tarefa não é fácil, considerando os anos de paralisia, de immobilismo e de colaboração de classes, mas é preciso confiar na força coletiva do movimento grevista, apoiando-se nas condições concretas de ataque aos serviços públicos, para levantar um movimento unitário, nacional, que, inclusive, pode convergir com os demais movimentos grevistas e mobilizações que têm ocorrido nos estados e grandes municípios pelo país. As tendências objetivas para um movimento geral grevista estão dadas pela ação dos governos e dos capitalistas, é preciso transformar essas tendências em luta nas ruas e em greve geral dos trabalhadores. ●

É preciso projetar e massificar os atos em defesa dos palestinos, contra o cretinismo eleitoral e o governismo

Os atos de dia 31/03 e 02/04 contra o genocídio na Palestina expuseram as dificuldades em que se encontra o movimento de defesa da Palestina, por conta da falta de participação ativa e massiva das organizações de massas, e da redução da participação da comunidade árabe/palestina. O ato do dia 31 aconteceu após o Conselho de Segurança da ONU aprovar uma resolução de cessar fogo, que Israel decidiu jogar no lixo e continuar seu genocídio sobre os palestinos. Na “Feira da Morte” (02/04), os sionistas puderam fazer promoção das armas que massacram mulheres, crianças e homens na Palestina e em nosso país. Sairão com novos negócios fechados com as forças armadas e polícias do Brasil, e seus lucros irão financiar esse genocídio. Juntos, o governador Tarcísio e um Ministro do governo federal

prestigiaram com sua presença os negócios da morte.

No Oriente Médio, crescem os protestos radicalizados e massivos. Mas, no Brasil, há meses não acontecem manifestações de massas nas ruas. Tampouco houve bloqueios de portos, aeroportos e fábricas, para atingir os negócios sionistas, como fez o proletariado grego, belga, espanhol ou inglês, mostrando que, além de ser possível fazer, é necessário, para impor que os governos tomem medidas práticas contra Israel, ainda que limitadas e insuficientes. Os governos de inúmeros países, assim no Brasil os governos federal e estadual, continuam fazendo negócios com os sionistas ou os facilitam, porque contam com a subserviência e paralisia das direções dos sindicatos e organizações populares, que se negam a convocar assembleias e organizar bloqueios



de avenidas, ocupações de fábricas e paralisação de portos e aeroportos ligados à indústria e os transportes de armamentos sionistas. Fazem isso porque não querem afetar os interesses do governo e aliados em suas campanhas eleitorais.

As direções têm impedido o proletariado e os demais oprimidos a agirem como uma só força coletiva, capaz de impor a derrota dos interesses sionistas em cada país, e desse modo obrigar os governos a tomarem medidas concretas, práticas, contra o genocídio. As massas pararão o genocídio, quando ultrapassarem a paralisia das direções e levantarem seu programa e métodos próprios de luta. ●

Fala do PPRI no ato de dia 31 de março

O primeiro a ser dito é que Israel continua com o genocídio, apesar da Resolução da ONU. Uma menina perguntou: como Israel, país tão pequenino, como é que consegue manter esses ataques contra centenas de países do mundo inteiro, que se posicionaram contra ele. A resposta é que por trás de Israel está o imperialismo norte-americano, estão os EUA, os interesses do capital financeiro internacional, que querem varrer com a população palestina de Gaza para se utilizarem aí de seus recursos naturais e suas riquezas. Enquanto no mundo inteiro se vive uma situação em que as massas se colocam ao lado dos palestinos, os governos e os países continuam mantendo os acordos, o comércio, as relações acadêmicas, mantêm tudo com Israel. Cada um desses países, inclusive o Brasil, é responsável pelo genocídio. Enquanto não se tocam as relações econômicas, as

relações diplomáticas, as relações acadêmicas; enquanto não se expulsam as empresas sionistas do país; enquanto a classe operária de todos os países não bloqueie os portos e aeroportos, paralise as fábricas de armamentos, etc., Israel vai ter as mãos livres, porque ele tem quem lhe garanta apoio, porque são 900 bilhões de dólares ao ano que investem os EUA em armamentos.

É uma vergonha que uma série de governos cheguem à televisão e façam choramingo, e façam politicagem com a morte de crianças, mulheres e homens palestinos, sem tomar uma medida concreta. Isso é hipocrisia! Por isso, nós temos de exigir que todos os governos rompam relações com Israel. Aqui no Brasil, nós temos de pressionar as direções das centrais, os sindicatos, o MST, a UNE, para que enchem as ruas, não para que façam um ato desse tamanho, mas um ato mil vezes maior que este,

para encostar o governo contra a parede e exigir a ruptura das relações, que Lula rompa relações com Israel.

Tarcisiano também apoia Israel. Não só mantém o comércio, etc., mas, aí nessa feira de armas, a Feira da Morte, que vai ter na terça-feira. Ela conta com apoio da Polícia Civil do estado de São Paulo. Esse é um governo que colabora com o sionismo, foi a Israel a pedir desculpas para Netanyahu.

Temos de combater os governos que colaboram com o genocídio. Está nas mãos das massas e do proletariado do mundo inteiro e das massas oprimidas parar com o genocídio, porque a burguesia não vai fazer isso. ●

Viva a luta do povo palestino! Viva a luta das massas mundiais contra o sionismo e o imperialismo!

Fora com as empresas sionistas e com a feira de armas e tecnologias de repressão! Ruptura de todos os acordos do Brasil com Israel! Cessar fogo já!

Fortalecer os movimentos do proletariado e das massas contra o genocídio no mundo todo!

Manifesto PPRI - 31 de março de 2024

O governo sionista genocida de Netanyahu se recusou a acatar a resolução de cessar fogo do Conselho de Segurança da ONU, e manteve os ataques ao Sul de Gaza. Também aumentou o cerco sobre as fronteiras, impedindo a chegada até mesmo de alimentos aos palestinos. Utiliza a fome como arma de guerra e de genocídio, sem que nenhum governo de nenhum país o detenha. Há apenas ações secundárias de países de economia atrasada que contestam a mortandade em massa praticada por Israel, e a ação militar dos houthis, de ataques aos navios que levam e trazem mercadorias aos sionistas. O restante, a grande maioria, se limitam à retórica de choramingar pelos mortos, mas continuam com os acordos de cooperação e comércio com Israel. Repetimos que o sionismo pratica o genocídio com as armas e munições fornecidas pelo imperialismo estadunidense, e com dinheiro que vem dos acordos e comércio com a maioria dos países. Repetimos que os movimentos das massas têm de se voltar a exigir dos governos a ruptura total com Israel, e o proletariado pode bloquear o envio de suprimentos para o genocídio, com greves nas fábricas e ocupação de portos e aeroportos. Repetimos que enquanto existir um enclave do imperialismo ianque no Oriente Médio, o Estado sionista de Israel, mesmo que seja concedido o direito a um Estado Palestino de Cisjordânia e Gaza, continuará a terrível opressão do sionismo e do imperialismo sobre a nação palestina. Sob o capitalismo, qualquer estado judeu que se constitua na região será um instrumento de opressão imperialista sobre os palestinos. Toda a luta internacional em defesa dos palestinos, por um cessar fogo imediato, se projeta na direção da luta anti-imperialista e anticapitalista, e tem de se voltar contra as burguesias e seus governos em cada país, e avançar para a defesa de uma Palestina Una, do Rio ao Mar, uma república socialista, um elo para a construção de uma federação de repúblicas socialistas no Oriente Médio, parte do caminho para a Revolução Socialista

Mundial. A autodeterminação das nacionalidades da região é parte do programa revolucionário do proletariado.

A FEIRA DA MORTE É UM DESFILE DE ARMAS E TECNOLOGIAS DE MASSACRE DAS MASSAS E DOS PALESTINOS

A realização da LAAD Defence & Security, em São Paulo, é mais uma das diversas colaborações que existem entre o Brasil e o estado sionista de Israel. É uma feira de exposição de tecnologias de segurança e defesa militar, onde empresas fabricantes e prestadoras de serviços expõem seus produtos ao consumo de organismos das forças armadas e de segurança, públicos e privados. Entre essas empresas, há fabricantes e organizações israelenses. Os negócios realizados por essas empresas ajudarão a financiar o genocídio em Gaza.

A feira tem apoio do Ministério da Defesa do Brasil, das forças do Exército, Marinha e Aeronáutica, e da Polícia Civil de São Paulo.

O armamento e as tecnologias expostos na feira servem para aparelhar a repressão policial, são usadas também no Brasil, e são essencialmente voltadas contra os movimentos e a população assalariada da periferia, especialmente contra negros, pobres e miseráveis. Veja-se o exemplo do assassinato de mais de 80 pessoas na Baixada Santista, nas operações Escudo e Verão, e na prisão de quase mil moradores da região, na sua maioria sem nenhuma passagem anterior pela polícia.

Há anos que as polícias brasileiras são treinadas e equipadas por empresas sionistas e pelo Estado de Israel. O enclave do imperialismo no Oriente Médio se especializou na repressão estatal aos mais pobres, e hoje exporta sua tecnologia e equipamentos para todos os governos burgueses que se disponham a pagar por isso. O governo reacionário de Tarcísio de Freitas é mais um da sua lista de clientes.

A exigência de ruptura de todas as relações do Brasil com Israel inclui o rechaço à presença dessas empresas sionistas nessa feira. E a defesa da vida das massas oprimidas pela repressão policial nos bairros pobres exige o re-

chaço a essa feira no seu conjunto.

CONTINUAMOS A EXIGIR QUE O GOVERNO LULA ROMPA NA PRÁTICA TODAS AS RELAÇÕES COM ISRAEL

Lula declarou que os ataques de Israel aos palestinos em Gaza constituem um genocídio, e comparou as ações de Netanyahu às de Hitler. No entanto, suas declarações continuam sendo inconsequentes, na medida em que não tomou nenhuma medida prática coerente com isso. Não expulsou o embaixador de Israel, não rompeu as relações diplomáticas, nem as comerciais, acadêmicas, etc. O Brasil continua exportando petróleo para Israel. As forças armadas continuam comprando insumos de fábricas sionistas. Empresas sionistas continuam podendo enviar lucros para Israel, alimentando a sua máquina de guerra e genocídio. Nas universidades, existe inclusive perseguição política contra professores e estudantes que condenam o sionismo.

As reivindicações de ruptura do Brasil com Israel são parte de um movimento mundial, que exige o mesmo em cada país (com governos de direita ou esquerda), onde o sionismo mantém suas raízes e delas extrai a seiva que alimenta sua máquina de guerra.

A classe operária pode paralisar a produção de armas e de insumos que são destinados ao genocídio em andamento em Gaza. Pode também ocupar portos e aeroportos e impedir que armas e insumos cheguem às mãos dos sionistas. E pode liderar um movimento em cada país que pressione os governos a romperem as relações de todo tipo com Israel. Isso ainda não acontece de forma generalizada pela conduta das direções das organizações de massas, que não têm como política e métodos a luta de classes, a democracia operária e a independência de classe. Falta também o partido revolucionário, que impulsione os movimentos que as massas já realizam nessa direção, ultrapassando as direções, conquistando o fim da matança em Gaza, avançando a luta pela Palestina Una e Livre, do Rio ao Mar, e dando passos concretos para a revolução socialista. ●

USP INICIA 2024 COM MAIS PROBLEMAS DERIVADOS DO PRIVATISMO

Boletim da CEM-GL - março 2024

A situação exige: retomar imediatamente a mobilização! Derrotar o privatismo e autoritarismo!

O curso de Medicina da USP está em greve, desde o dia 7 de março. Os estudantes aprovaram, em assembleia geral de mais de 300 pessoas, a paralisação das aulas, até que suas reivindicações sejam atendidas. São elas:

1) contra a privatização do ensino público e da saúde pública, e contra o “Experiência HC” (programa no qual estudantes de fora da USP, inclusive de faculdades privadas, pagam para ter acesso ao complexo hospitalar do HC, e sobre o qual há diversos relatos de que estão prejudicando o internato (“residência”), além de ter acesso a procedimentos e espaços que, muitas vezes, os próprios estudantes não têm).

2) contra o autoritarismo da reitoria e as ameaças de retirada do termo de uso do Porão, espaço histórico e simbólico para o corpo discente. 3) contra o atual e recente modelo da prova de residência, que agora, basicamente, é feito de questões objetivas, sem prova prática, resumindo a aprovação a uma preparação teórica divorciada da prática objetiva, sustentada por “cursinhos” de residência – favorecendo-os para terem maiores lucros, à custa da degradação da formação médica. 4) contra o fim do subsídio alimentar dos estudantes: a diretoria quer cortar de imediato a verba direcionada para subsidiar a alimentação de estudantes e funcionários, feita no restaurante do espaço do CAOC.

O programa “Experiência HC” tem conteúdo privatista e de destruição do ensino público de medicina. Segue a linha da abertura do HC aos planos de saúde, que o utilizam e estão devendo uma fábula, apesar de cobrarem alto as mensalidades. Utilizam os recursos públicos aumentando seus lucros e impedindo muitas vezes seu uso aos que não têm condições de pagar os planos de saúde privados. Levado à prática, o “Experiência HC” priorizará também a prática paga por estudantes de fora, em detrimento das necessidades dos estudantes da USP, da mesma forma que os Planos de Saúde já são favoreci-

dos em seu atendimento. Entre os estudantes da USP, logo somente poderão praticar no HC se também pagarem, ou nem mesmo poderão.

As provas “objetivas” sem prática formarão médicos piores, sem que tenham de se preocupar com sua formação prática, e ainda beneficiam diretamente os cursinhos pagos, prejudicando os estudantes que não possam pagar por eles. Privatismo + sucateamento.

O ataque ao uso estudantil do porão do prédio principal é histórico, pois, esse espaço é usado há décadas pelos estudantes, para sua organização política (reuniões do CAOC e do Conselho de Centros Acadêmicos ocorrem aí), e para outras atividades de integração. Se a reitoria pretende construir um restaurante universitário, que seja em outro lugar, e que seja sob controle de quem o utiliza (estudantes e funcionários), e não uma empresa privada, que vai fazer da permanência estudantil um lugar de lucro, à custa da universidade pública. No entanto, as promessas da reitoria não se cumprem. Veja-se o caso do Bloco D do Crusp, que está há anos em reforma, e as vagas de moradia dali não foram repostas. O que existe de concreto é a ameaça de despejo do atual restaurante e ocupação do espaço pela reitoria, o que não se pode admitir.

O corte do subsídio às refeições de estudantes e funcionários é, ao mesmo tempo, uma medida de ataque às condições de permanência estudantil, e uma chantagem para que o espaço no porão seja entregue à reitoria pelos estudantes. Por isso, não se pode aceitá-lo.

As reivindicações dos estudantes convergem para a luta contra o privatismo e o autoritarismo da burocracia universitária, e para a defesa da universidade pública. É preciso projetar essa luta como uma luta do conjunto do movimento estudantil da USP, que sofre com o privatismo nas demais unidades, com suas particularidades.

MAIS UM PASSO NA PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO ESTUDANTIL NA ECA – É PRECISO DEFENDER O ESPAÇO DO CALC COM A MOBILIZAÇÃO!

O espaço da prainha e o prédio dali são espaços históricos de resistência de estudantes e funcionários. Ali foi a sede da Asusp, que depois virou Sintusp, o Sindicato dos Funcionários da USP, despejados pela reitoria em 2017. Ali passou a ser a sede do CALC (dividindo o prédio com o Sintusp), centro acadêmico de todos os cursos da ECA, que tem uma história de luta contra a ditadura militar, no Fora Collor, em defesa da USP pública e gratuita, e pela real democracia universitária.

A burocracia universitária pretende despejar dali o CALC e instalar no lugar um projeto de empresa júnior e outros de interesse privado, o chamado Criateca. Mais uma vez, o privatismo em oposição aos interesses do conjunto dos estudantes.

A defesa do espaço do CALC é a defesa da liberdade de organização e unidade dos estudantes. Enfraquecer ou destruir o centro acadêmico serve à desorganização e divisão dos estudantes, e favorece à burocracia universitária autoritária em seus planos de impor as medidas de favorecimento privado.

Estudantes da Escola de Arte Dramática da ECA têm sofrido com a falta de professores, existe a ameaça concreta de fechamento. Somente a contratação de docentes pode salvar a EAD-ECA.

A mobilização dos estudantes da ECA também se coloca em oposição ao privatismo e em defesa da USP pública e gratuita. Da mesma forma que na medicina, é preciso projetar sua luta para ganhar a força necessária para derrotar a reitoria e o governo em sua política privatista e de sucateamento da USP.

É PRECISO RETOMAR AS PENDÊNCIAS DA GREVE DE 2023

A greve estudantil de 2023 se expandiu praticamente a todos os cursos da USP. A principal reivindicação, que levou a que a greve se espalhasse

como um rastilho de pólvora pela universidade, era a de contratação dos professores e funcionários necessários ao funcionamento dos cursos. A perda de professores, sem reposição suficiente na última década, levou cursos à ameaça de fechamento. Outros cursos ficaram muito sucateados, sem as disciplinas necessárias para a formação dos estudantes.

O plano da reitoria, apresentado publicamente, era o de impor um plano de 879 contratações de professores, nada de funcionários, a serem realizadas até 2025, assentado no critério de “mérito”. Estudantes exigiam mais de 1.400 professores, e mais de 5.400 funcionários, imediatamente, e sem o critério do “mérito”. O critério do “mérito” conclui contratando mais professores para as unidades que menos precisam, e menos professores para aquelas que mais precisam, ou seja, agrava a situação das unidades com mais problemas.

As direções do movimento estudantil, incluídas as do DCE e CAs, se subordinaram a negociar com a reitoria no campo do plano estabelecido por ela, passando por cima das reais necessidades dos estudantes, apontadas nas assembleias. O resultado foi a antecipação de contratações, mas ainda dentro dos critérios de “mérito” estabelecidos pela burocracia universitária. Isso vai manter os cursos mais afetados com menos professores contratados.

Por isso, é preciso retomar as reivindicações da greve de 2023, para defender o funcionamento dos cursos e impedir o fechamento de outros, com a contratação de todos os professores e funcionários necessários, e sem o critério de “mérito”, mas sim o de necessidade.

A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL CONTINUA SENDO ATACADA. É PRECISO DEFENDÉ-LA COMO PARTE DO DIREITO AO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO!

O bloco D do Crusp, em reforma há anos, segue como um corte no número de vagas para moradia, sem reposição. Os blocos K e L, prometidos desde 2010 que seriam devolvidos aos estudantes, continuam semiocupados por escritórios da reitoria. Sem moradia da USP, muitos estudantes têm de arcar com os altos aluguéis na região, cada vez mais caros. E os que estão nas moradias sentem o sucateamento das bolsas, por estarem muito abaixo das necessidades de sua real permanência. Os ônibus circulares continuam

superlotados, sem que se aumente a frota para o atendimento, e excluindo usuários com deficiência, etc. A reitoria pensa numa nova linha, mas mantendo a mesma frota, como fez quando criou a 3ª linha. A única beneficiada de verdade com isso será a Viação Gato Preto, que recebe os pagamentos das passagens da USP, e poderá lotar ainda mais seus ônibus. Mais uma vez, é o privatismo que sai ganhando.

A defesa da permanência afeta todos os estudantes, não apenas os moradores, bolsistas ou usuários do Circular e restaurantes. Quanto mais difícil e caro ficar para os estudantes permanecerem na universidade, piores serão suas condições de ensino, ou até mesmo cheguem ao abandono dos cursos. Ao contrário, a permanência deve ser cada vez mais estimulada, de forma a garantir de verdade o acesso ao ensino público e gratuito.

CABE AO DCE E AOS CAs CONVOCAREM AS ASSEMBLEIAS GERAIS DE CURSO E DE TODA A USP, PARA ORGANIZAR A LUTA UNITÁRIA CONTRA O PRIVATISMO E O SUCATEAMENTO DA UNIVERSIDADE! É PRECISO RETOMAR A GREVE ESTUDANTIL, PARA DESTA VEZ IMPOR À REITORIA E AO GOVERNO AS REIVINDICAÇÕES!

Os problemas que apontamos afetam a grande maioria dos estudantes. O único grito que a reitoria e o governo escutam é o das ruas, das ocupações e da greve. A ida às ruas, com bloqueios e manifestações, é o meio de afetar a economia, ganhar apoio da população assalariada, e obter a força necessária para derrotar a reitoria e o governo. Convocar a unidade na luta junto a outros movimentos que também combatem o privatismo e o sucateamento dos serviços públicos – professores e funcionários das redes estadual e municipal.

Não se pode aceitar a paralisia das organizações estudantis diante de tamanhos ataques às condições de ensino e à universidade pública e gratuita! Exijamos a mais ampla convocação das assembleias em nossos cursos! Exijamos a mais ampla convocação da assembleia geral dos estudantes da USP! Que se realizem sob a mais ampla democracia estudantil: direito à divergência, soberania das decisões coletivas, subordinação das instâncias eleitas às bases. Assim colocaremos nosso movimento novamente de pé, para derrotar a reitoria e o governo e conquistar as nossas necessidades mais sentidas!

PELO IMEDIATO FIM DO PROCESSO DISCIPLINAR CONTRA ESTUDANTES DA USP QUE APOIAM A PALESTINA! PELA RUPTURA DE TODOS OS CONVÊNIOS E ACORDOS DA USP COM O ESTADO SIONISTA DE ISRAEL!

Estudantes da USP, do Comitê em Solidariedade ao Povo Palestino, estão sofrendo um processo administrativo disciplinar, que pode levar, desde a suspensão, até a eliminação desses estudantes, de acordo com o regime disciplinar, que foi estabelecido durante a ditadura militar, em 1972, e até hoje está vigente. Só para se ter uma ideia, esse regime estabelece a possibilidade de processar estudantes até mesmo pela roupa que vestem. O processo se fundamenta em uma fala feita numa assembleia durante uma greve do curso de Ciências Moleculares. A burocracia universitária acusa os estudantes de discurso de ódio, quando eles denunciaram o genocídio sionista sobre os palestinos em Gaza, e de terem impedido atividades acadêmicas. Assim como na ditadura militar, a administração da USP considera a greve um crime, e a denúncia de genocídio de mais de 30 mil palestinos por parte de um enclave dos EUA no Oriente Médio, outro crime. A burocracia universitária autoritária assume seu lugar, à frente da perseguição sionista, e do ataque ao direito democrático de greve dos estudantes.

É uma tarefa do movimento estudantil, mas também de todas as organizações e correntes que se dizem democráticas, erguerem um forte movimento contra a perseguição política aos estudantes processados.

É preciso também rechaçar que a USP mantenha qualquer acordo ou convênio com o Estado sionista de Israel. Não é coincidência que organizações privatistas no interior da USP (Inova, AUCANI) colaborem ativamente com Israel. Qualquer colaboração com o enclave genocida é cumplicidade com o assassinato em massa e expulsão de suas regiões dos palestinos. ●

**Pelo imediato fim
do processo disciplinar
contra estudantes da USP
que apoiam a Palestina!
Pela ruptura de todos
os convênios e acordos
da USP com o estado
sionista de Israel!**

Todos os governos burgueses estão ajoelhados diante do militarismo imperialista e do genocídio sionista

“
•••

Apesar do cinismo das lágrimas de declarações de governos contra o genocídio, que partem de vários países, nenhuma ação concreta é tomada para inviabilizar os ataques sionistas.

A omissão é, neste caso, colaboração e cumplicidade com o genocídio.

O governo Lula/Alckmin está entre esses governos, apesar da retórica.

O Conselho de Segurança da ONU votou uma resolução de cessar-fogo em Gaza e libertação dos israelenses detidos pelo Hamas, em troca de Israel libertar 800 presos palestinos. Os EUA se abstiveram da votação, alegando a não condenação explícita do Hamas em 7 de outubro, e depois de fazer cinicamente uma série de emendas no texto. O governo Netanyahu imediatamente respondeu que não acatará a resolução e manteve o ataque sistemático ao sul de Gaza, matando dezenas ou até centenas por dia. As negociações no Qatar entre Hamas e Israel também não avançaram, o governo sionista não aceita nada que não seja a destruição completa do Hamas, e a posse do conjunto do território da Faixa de Gaza. O número de mortos pelo genocídio sionista superou os 32 mil, em grande parte, crianças. A fome se espalha na região, e as mortes por inanição ameaçam mais de meio milhão de palestinos. O governo genocida tem impedido a chegada de ajuda humanitária à região. Enquanto apenas alguns barcos chegam ali com alimentos e remédios, os aviões dos EUA mantêm os tanques

e demais armas sionistas carregados para matar palestinos diariamente. Todos os recursos financeiros e militares necessários ao governo genocida continuam a chegar, vindos de países de todo o mundo - especialmente das potências imperialistas - decorrentes de acordos comerciais, militares, acadêmicos, etc. Apesar do cinismo das lágrimas de declarações de governos contra o genocídio, que partem de vários países, nenhuma ação concreta é tomada para inviabilizar os ataques sionistas. A omissão é, neste caso, colaboração e cumplicidade com o genocídio. O governo Lula/Alckmin está entre esses governos, apesar da retórica. O conjunto dos governos burgueses está subordinado às diretrizes belicistas que impõem os EUA. O imperialismo, diante do avanço da crise mundial do capitalismo em decomposição, busca compensar as tendências de recessão e inflação com o impulso à indústria armamentista - os EUA têm um orçamento militar anual de quase US\$ 900 bilhões. O apoio ao sionismo no Oriente Médio, com provocações escancaradas aos países árabes simpáticos à causa palestina, é parte da política levada adiante contra a Rússia na Ucrânia, ou a pretendida no Sul do Pacífico contra a China (disputa por Taiwan).

A exigência de ruptura dos acordos e toda colaboração com Israel é defendida em todos os países pelas massas que majoritariamente se colocam ao lado dos palestinos contra o sionismo. As manifestações massivas em todos os continentes mostram que as massas assumiram essas bandeiras. São particularmente radicalizadas na Jordânia, Egito e Turquia. As massas exigem de seus governos a ruptura das relações com Israel e, setores delas se mostram dispostas a lutar contra o sionismo. Mas ainda não elevaram seu movimento ao choque mais radicalizado contra seus governos.

Alguns setores operários se movimentaram na direção do boicote ao envio de insumos para o genocídio sionista

(Espanha, Bélgica, Grécia, Índia, Suíça). Greves, paralisações de carregamentos de equipamentos militares e ocupações de portos foram feitas em alguns países. Centenas de sindicatos estadunidenses se uniram para exigir o cessar fogo em Gaza. As massas oprimidas, tendo o proletariado à frente, podem impor o fim do genocídio em Gaza, e abrir caminho para avançar na luta anti-imperialista e anticapitalista. Seu obstáculo no momento são as direções das organizações de massa, que não impulsionam a luta de classes como meio de combate pelas reivindicações contra sua burguesia e seus governos.

O apego dessas direções ao democracia burguês não é particularidade brasileira. Na Europa, por exemplo, as massas têm sofrido com medidas de cortes de gastos e de direitos, econômicos, sociais, e de manifestação e organização políticas. Os governos impõem as medidas por meio das democracias burguesas, ou até mesmo por cima delas. Veja-se a reforma da Previdência francesa, imposta por decreto e contra um forte movimento de massas em oposição a ela. O governo francês apoia a guerra na Ucrânia, gastando bilhões, enquanto corta a aposentadoria e favorece a importação de grãos ucranianos com isenção de impostos, o que prejudica duramente a produção de seu próprio país. As bandeiras de fim de todo gasto com a guerra e defesa das reivindicações das massas estão coladas. Mas as esquerdas estão do outro lado das trincheiras, apoiando a guerra imperialista e os gastos militares do governo, à custa de ataques às condições de vida e trabalho em seu país. A crise mundial do capitalismo vai estrangulando as democracias burguesas em toda parte, e fortalecendo as tendências fascistas, e as candidaturas da direita tomam hipocritamente as reivindicações populares em suas mãos, fortalecendo-se nas disputas eleitorais. A chamada “defesa da democracia” – empunhada pelas esquerdas direitizadas –, que se manifesta como obstácu-

lo à luta de classes pelas reivindicações das massas e desvio para as eleições, parlamento e justiça burgueses, acaba no final servindo ao avanço da mesma extrema direita que se diz combater. E a democracia burguesa defendida é usada como meio de despejar sobre as massas as contrarreformas de ataques às condições de vida e trabalho.

A decadência industrial dos EUA tem sido aproveitada principalmente pela China, cuja indústria alcançou um terço da produção industrial mundial. Mas também pela Rússia, que paralelamente expande seus negócios no Oriente Médio, na África e América Latina. As duas economias, que tiveram seus ramos fundamentais nacionalizados pelas revoluções proletárias, conseguem crescer em meio à crise mundial capitalista, por conta da centralização e planejamento, ainda que burocrático, e de não terem de se submeter à concorrência e à anarquia da produção capitalista. Mas o controle das burocracias que expropriaram o poder econômico e político das massas continua sendo o elemento de liquidação das conquistas revolucionárias do proletariado. Essas camarilhas agem sempre com o único propósito de preservar a fonte de seu poder político e seus ganhos – a propriedade nacionalizada. Por isso, são incapazes de levar adiante a luta anti-imperialista, mesmo na situação de declínio das potências. Por isso, não moveram uma palha em defesa dos palestinos massacrados pelo sionismo, quando a Rússia tem tropas na vizinha Síria, e tem influência sobre governos vizinhos. Essa atitude vil comprova a grande importância que tem a defesa do programa da revolução política nos países onde houve a revolução social e burocracias tomaram o poder. Programa que foi abandonado pela esmagadora maioria dos que se dizem “trotskistas”. O dever revolucionário diante da opressão de uma nação oprimida é defendê-la da agressão de um país opressor. A falta de ação de Rússia e China quanto ao genocídio palestino é mais uma prova do papel contrarrevolucionário dessas burocracias.

O caráter contrarrevolucionário desses dois governos não impede que o proletariado mundial mantenha a defesa da propriedade nacionalizada nesses países como conquistas revolucionárias, em oposição a toda pretensão

“
• • •
Diante do aprofundamento da decomposição do capitalismo mundial, dada pelo esgotamento da fase de recomposição de forças produtivas gerada após a 2ª Guerra Mundial, vivemos nos últimos anos um período de avanço da luta de classes mundial.

das potências imperialistas de destruí-las. Toda vitória do imperialismo é uma derrota do proletariado mundial, e toda derrota da burguesia mundial é uma conquista do proletariado em seu caminho em direção ao socialismo. Assim, a posição do proletariado na Ucrânia e na Palestina é a mesma: derrota militar do imperialismo e do sionismo, sem apoiar governos ou suas políticas e métodos.

As eleições na Rússia mostraram um grande apoio popular ao governo Putin, não pelo resultado eleitoral, certamente manipulado pela burocracia autoritária, mas pelo grande comparecimento popular às urnas. Resultado que indica fortalecimento do poder da burocracia reacionária, e maiores dificuldades em travar a luta política pela sua derrubada e pela restauração do poder das massas sobre a política e a economia. O fortalecimento da burocracia vem de fatores externos a ela, que são o crescimento da economia russa favorecido pela crise capitalista, e avanços militares na guerra contra a OTAN na Ucrânia, decorrentes do enfraquecimento da ajuda militar das potências, em particular dos EUA. Uma guerra em que a burocracia não tem como buscar a vitória, que dependeria de uma ação revolucionária que impulsionasse a luta das massas contra os governos, não apenas da Ucrânia, mas de toda a Europa. Mas Putin quer apenas garantir circunstancialmente a fonte de seu poder político e ganhos, nada mais – está em busca de mais um acordo com o imperialismo. Este busca manter a guerra que lhe garante a exportação de armas e insumos, e assim ajuda a preservar sua economia nacional.

A decomposição capitalista afeta diretamente a vida das massas em toda parte. É tamanha que países inteiros passam ao controle de gangues assentadas em atividades ilegais, como acontece no Haiti, na maior parte do Equador, e se retoma na Colômbia. As diferenças dizem respeito mais às particularidades de desenvolvimento nacional que

às tendências gerais. O México já tem uma trajetória de décadas de domínio da criminalidade sobre regiões e setores econômicos. No Brasil, também se acentuam as disputas de organizações criminosas, infiltradas na Polícia e no aparato do Estado, como comprova o planejamento do assassinato de Marielle Franco e de seu motorista em 2018, e a ação policial genocida em áreas como a Baixada Santista em São Paulo, ou na Bahia, sob diferentes governos. A diferença está na força ainda existente de ramos da economia nacional.

Diante do aprofundamento da decomposição do capitalismo mundial, dada pelo esgotamento da fase de recomposição de forças produtivas gerada após a 2ª Guerra Mundial, vivemos nos últimos anos um período de avanço da luta de classes mundial. As grandes manifestações em favor dos palestinos indicam as tendências das massas, que já se manifestaram antes, por exemplo, no levante nacional contra o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos, e das greves na educação e nas montadoras, que ali se seguiram, nos levantes das massas no Equador, Bolívia e Chile, ou nas poderosas greves em países europeus e a greve geral na Índia. Se as contradições do capitalismo obrigam as massas a se mobilizarem, encontram pela frente o obstáculo das direções de suas organizações de massas. A crise mundial de direção revolucionária se expõe com toda clareza nessas situações. Demonstra a necessidade do partido mundial da revolução socialista, a ser reconstruído a partir do programa e das tradições do marxismo, do leninismo e do trotskismo. A firme defesa das reivindicações das massas, que se chocam todas com as burguesias e seus governos, por meio da luta de classes, com a democracia operária e independência de classe, permitirão desenvolver a fusão desse programa com as ações revolucionárias das massas, elevando-as ao nível da conquista de seu poder próprio. É por isso que lutamos. ●



CRISE SOCIAL SE AGRAVA NO HAITI – SITUAÇÃO É EXPRESSÃO DA DECOMPOSIÇÃO DO CAPITALISMO

O Haiti é o país mais pobre da América, e um dos países mais pobres do mundo. Segundo números da ONU, mais de 60% da população vive abaixo do limite de pobreza, uma em cada três crianças sofre de desnutrição grave, e o país ocupa o 163º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano, em um total de 191 países. Segundo dados do Banco Mundial e da UNICEF, cerca de 40% da população é analfabeta e apenas metade das crianças frequenta o ambiente escolar.

Além disto, o Haiti enfrenta o problema grave da violência urbana, com grupos armados vinculados ao narcotráfico e à criminalidade em geral, os principais tendo sua origem nos grupos de extermínio ligados às ditaduras de Papa Doc (1957-1971) e Baby Doc (1971-1986), controlando amplas regiões nas principais cidades, e mais da metade da capital, Porto Príncipe. A situação se agravou após o assassinato do presidente Jovenel Moïse em 2021.

Desde 2021, o país é dirigido por Ariel Henry, em um governo que conta com o apoio dos EUA e das principais potências imperialistas. Henry tinha prometido deixar o cargo em fevereiro de 2024, e convocar novas eleições, no entanto, até o momento, não houve nenhuma sinalização de que pretende realizar eleições.

O quadro de crise política se agravou no dia 1º de março, quando o Ariel Henry anunciou um acordo com o governo do Quênia, para envio de 1.000 policiais ao Haiti para controlar a situ-

ação, como preparação para uma nova Missão da ONU, para “apoio e segurança do Haiti”, aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU, no ano passado.

Em resposta à medida, os principais grupos criminosos e paramilitares realizaram uma série de ataques às delegacias, invadiram o principal presídio na capital e libertaram cerca de 3.700 presos, e tentaram controlar o aeroporto internacional na capital. Em resposta, Ariel Henry decretou Estado de Emergência e reprime o movimento com o poder estatal.

O caos vivido no Haiti é expressão da decomposição do capitalismo. O Haiti é um país atrasado e suas forças produtivas reduzidas e precárias. Segundo a CIA, dois terços da força de trabalho não têm emprego formal, encontram-se bloqueados pelo imperialismo. Na ausência de poderosas frações burguesas, a fração ligada ao narcotráfico e à criminalidade em geral projeta-se sobre a sociedade.

Situação similar ocorre no Equador, que se encontra desde janeiro em Estado de Exceção, por conta dos graves choques entre o Estado e grupos narcotraficantes ligados aos cartéis do México. No dia 24/03 ocorreu o assassinato da Prefeita de San Vicente, Brigitte García, na província de Manibí, sendo a sexta política ou candidato assassinado no período de um ano.

Da mesma forma, a cidade de Rosário, na Argentina, terceira maior cidade do país, enfrenta uma onda de violência nas últimas semanas e choques entre facções narcotraficantes e o Estado.

O caos vivido no Haiti é expressão da decomposição do capitalismo. O Haiti é um país atrasado e suas forças produtivas reduzidas e precárias.

O imperialismo não tem nada mais a oferecer de progressista. Pelo contrário, em sua fase de decadência, se gravam as tendências bélicas, as guerras e todo tipo de violência reacionária. Mesmo as intervenções “humanitárias e pacifistas” da ONU, como a Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH), que operou no país de 2004 até 2017, e contou com o comando do governo petista do Brasil, não serviu para outra função que não a de preservação do capitalismo no país, da exploração e do terror sobre as populações das periferias, com inúmeros relatos de assassinatos, estupros e outras formas de violência reacionária.

Neste sentido, é fundamental a luta contra qualquer forma de intervenção do imperialismo sobre o Haiti e sobre qualquer país atrasado!

A revolução proletária cumprirá as tarefas democráticas pendentes nos países atrasados, com a consequente planificação da economia e avanço da revolução mundial, e assim será capaz de retirar o Haiti da situação de barbárie em que se encontra! ●

Maciça vitória eleitoral de Putin fortalece a ditadura da burocracia sobre o país e as massas assalariadas

Putin (Rússia Unida) foi reeleito presidente da Federação Russa, com 88% dos votos. A participação chegou a 74% do padrão eleitoral: o registro mais elevado desde a dissolução da URSS, em 1991. A oposição biônica não conseguiu ultrapassar 11,8%: o Partido Comunista coletou 4,6%; Gente Nova, 4,2%; e o Partido Democrata-Liberal, 3%. Opositores críticos do governo e da SVO (“Operação Militar Especial”, eufemismo usado para denominar a guerra na Ucrânia), como o “liberal” Boris Nadezhdin – que arrastou por trás da apresentação de sua candidatura centenas de milhares de assinaturas – estavam impedidos de participar por terem cassadas ou anuladas suas candidaturas.

A vitória do “homem forte” da burocracia herdeira do estalinismo estava assegurada antes da campanha começar. Desde a chegada de Putin ao poder do Estado, os partidos pró-imperialistas foram dissolvidos ou bem submetidos à burocracia, após elaobrigar as direções menos dóceis a darem um passo para trás. As perseguições judiciais de dirigentes e as desapropriações dos oligarcas que os apoiavam (alguns deles foram desterrados ou apareceram mortos de forma “suspeita” por criticarem o rumo da guerra), foram outros tantos meios utilizados pela burocracia para forjar a oposição biônica que hoje serve apenas de enfeite para as manobras eleitorais arquitetadas pelo Kremlin.

Ainda que a vitória de Putin não tenha sido surpresa para ninguém, seria um erro obscurecer ou desprezar o grande apoio que Putin conquistou nas eleições. De um lado, devido à manutenção de um nível de vida da população comparável às potências imperialistas europeias, como Alemanha, e, de outro, pela ampla rejeição da população russa às sanções e os permanentes ataques das potências imperialistas contra o país. No começo da ocupação russa do Leste ucraniano, houve uma limitada resistência interna às medidas adotadas pelo governo, porém, a violenta campanha anti russa dos EUA e aliados, e os contínuos ataques da Ucrânia, patrocinados pelo imperialismo, contra território russo (levando à

morte de centenas de civis, desde 2022), reverteu essa tendência, e empurrou a população a apoiar a defesa da “mãe pátria” e de Putin.

Esse sentimento de revolta contra o “ocidente” e de apoio ao governo foi potenciado pelas tentativas de invasão de territórios russos antes e durante as eleições, por tropas ucranianas e mercenários russos e estrangeiros. A burocracia filo-estalinista também conseguiu capitalizar a raiva popular perante as ameaças de Emmanuel Macron, presidente da França, de enviar tropas francesas para combater a Rússia. Fracassaram, portanto, as medidas militares e a retórica belicista, que visavam a torpedear ou influir no processo eleitoral. A burocracia manteve o chamado às eleições em meio à guerra contra OTAN, porque poderia apresentar seu resultado como a expressão de uma ampla “unidade nacional” ao redor do governo e de suas medidas na Ucrânia e na economia nacional.

de veículo à organização de uma fração da oligarquia burguesa apoiada no imperialismo, que conteste o poder da casta burocrática sobre a economia e o aparelho do Estado. Somente é tolerada a “oposição biônica”, à qual se lhe permite “autonomia de opiniões”, sempre e quando estejam de acordo com os ditados do Kremlin.

A farsa democrática na Rússia objetiva garantir a permanência da ditadura burocrática no poder. Isso é o que assinalara Trotsky, quando avaliava o projeto de nova constituição redigida pelos estalinistas, que introduzia formas democrático burguesas do “sufrágio universal, igual e direto” da população atomizada para a eleição de deputados ao Soviete Supremo, deixando de lado a eleição de deputados em seus locais de trabalho, estudo e do exército, instaurada com a revolução proletária. Essa introdução significava para Trotsky “a liquidação jurídica da ditadura do proletariado”, após este ter

//
...
.....

Controladas e manejadas diretamente pelo Kremlin, as eleições serviram à burocracia para preservar seu controle autoritário da economia e do Estado, e centralizar um grande apoio popular ao governo.

Controladas e manejadas diretamente pelo Kremlin, as eleições serviram à burocracia para preservar seu controle autoritário da economia e do Estado, e centralizar um grande apoio popular ao governo. A morte do opositor Alexei Navalny na prisão, de forma suspeita, e a cassação da candidatura de Nadezhdin, são engrenagens da maquinaria burocrática-policial montada para a vitória de Putin. Isso mostrou ainda que a burocracia não vai mais tolerar, como fez no passado, que o imperialismo contasse, dentro do país, com candidatos e partidos para ameaçar seu poder. Assim como se mostrou disposta a não ceder nada diante das ameaças de Yevgeny Prigozhin (ex-chefe do Grupo Wagner).

A formalidade da democracia eleitoral na Rússia é condicionada pelo objetivo da burocracia, de não permitir que se fortaleçam candidaturas e partidos políticos que possam servir

sido expropriado do poder político e do controle da economia pela burocracia. A “Assembleia Legislativa democraticamente eleita” será “uma caricatura de Parlamento, mas em caso algum será órgão supremo dos Soviets”, disse. Com esse exemplo didático, procurou mostrar como as formas políticas correspondiam ao objetivo da burocracia de permanecer no poder, reduzindo a pó as formas soviéticas.

Guillermo Lora retomou essa análise, quando a formalidade da democracia formal preparadas pelo estalinismo se impuseram definitivamente, após a dissolução da URSS. Como antes fizera Trotsky, ele também concluirá que (apesar disso) continuava no poder a burocracia estalinista. Assim: “a burocracia estalinista se apoia em mecanismos de democracia formal para governar a favor da penetração imperialista pela consumação da ditadura capitalista, que é a essência do Estado burguês”.

Refere-se particularmente ao percurso histórico em que a fração da burocracia liderada por Yeltsin instaurou as formas da democracia burguesa para acelerar a restauração capitalista, que vinha sendo feita com a privatização das estatais e das terras. Dessa forma se aproveitaria a fração liderada por Putin, para retroceder nesse percurso e avançar às reestatizações, a fim de preservar o controle da burocracia sobre a economia nacionalizada, e subordinar ditatorialmente as oligarquias burguesas. No texto *Derrocada do estalinismo* (Tomo 57, Obras Completas), assinala que “Os governos que

substituíram as camarilhas bonapartistas muitas vezes estão conformados pelos elementos que renegaram – real ou aparentemente – suas velhas convicções, visando a continuar controlando as molas do poder político”. Portanto, permanecia a tarefa de derrubar a burocracia do poder pela revolução política, e restabelecer “a ditadura proletária em sua forma soviética de democracia operária”.

Resgatamos essas passagens para mostrar que a vitória eleitoral de Putin fortalece a ditadura burocrática sobre o país, a economia e as massas. Permanece a tarefa do proletariado russo

de “lutar por recuperar o controle do aparelho estatal e por restaurar a ditadura do proletariado, expulsando o bando de burocratas que está no governo”. A revolução política, oposta a todo fetichismo eleitoral, permitirá à classe operária se apoiar sobre as bases da propriedade nacionalizada e continuar a transição ao socialismo, inaugurada com a revolução de Outubro de 1917. Se houvesse condições para um partido revolucionário intervir nas eleições na Rússia, com ou sem candidatos, seria defendendo esse programa e essa estratégia, defendida até a morte por Trotsky e Lora. ●

Os morenistas da LIT dão as mãos ao imperialismo diante das eleições na Rússia

Para a LIT-QI, não houve como as massas escolherem “livremente” nas eleições quem querem que governar o país. Segundo o POI¹, “não havia nada nem ninguém para eleger”, porque “A Comissão Eleitoral Central (CEC), subordinada ao Kremlin, selecionou apenas quatro candidatos, três dos quais eram uma imitação embaraçosa da oposição”. De forma que “a campanha, a nomeação de candidatos e a votação foram completamente controladas e restritas”, apenas para “dar a aparência de apoio e unidade dos russos em torno do presidente”. Entretanto, afirma, existe uma “profunda divisão na sociedade russa sobre a questão da necessidade ou legitimidade” da Operação Militar Especial (SVO). As possibilidades de participação de “candidato que criticasse a guerra foram cortadas pela raiz”.

Caso houvesse participação de um candidato “críti-

co” do governo e de Putin, haveria eleições “livres” e “democráticas”? A LIT não se faz essa pergunta. Mas, estava obrigada a fazê-la, para que a vanguarda soubesse se a participação de um candidato “crítico” caracterizaria as eleições como “livres” e “democráticas”. A LIT fala muito da candidatura do “famoso ativista liberal Boris Nadezhdin”, que pelas suas críticas ao governo Putin e a SVO, e arrastar “várias centenas de milhares de russos descontentes”, era “uma nítida manifestação de profundo descontentamento entre um setor bastante grande das massas”, apesar de seu programa burguês. Nessa passagem, há uma resposta implícita à pergunta de por que a candidatura de Nadezhdin seria de contestação da “ditadura” de Putin e arrastaria um setor da população; a LIT lhe dá um caráter progressista à sua candidatura. Não se pode descartar que, com essa caracterização, chama o “voto crítico” no liberal-burguês para derrotar a “ditadura” de Putin.

É verdade que a LIT afirma que Nadezhdin (assim como Navalny, no passado) ajudaria a “preservar o aparato estatal e o domínio

do capital na Rússia”. Mas, também afirma o mesmo sobre a permanência de Putin no poder, porque preserva “o aparato estatal e o domínio do capital na Rússia”. Ora, se os dois candidatos expressam a mesma “ditadura de classe”, seria possível a LIT apoiar um contra outro? A prática dos morenistas no Brasil nos aproxima da resposta: chamaram o “voto crítico” na frente ampla burguesa – caracterizada de democratizante – para derrotar o fascismo bolsonarista – que supostamente tentava “erguer uma ditadura”. Após a vitória de Lula, dizem que se tratava de uma “vitória dos trabalhadores”. Muito provavelmente, chamariam a “votar criticamente” em Nadezhdin e, talvez, apresentar sua expressão eleitoral como “conquista dos trabalhadores” contra Putin.

Não defendemos a democracia farsesca que reforça a ditadura da burocracia, nem a que pretende impor o imperialismo. Defendemos a democracia operária para as massas se organizarem pela derrubada da burocracia e bloquear a ação da burguesia mundial, que procura destruir a propriedade nacionalizada pelo proletariado. Em oposição ao fetichismo e cretinismo democratizante, defendemos a revolução política. Mas, também afirmamos que, nas condições em que a Rússia é atacada pelo imperialismo, defender que ele fortaleça suas posições dentro do país e não se reprimam todos seus agentes internos, em razão de “regras democráticas” abstratas, é uma estupidez que só um pequeno-burguês democratizante pode exigir. Ao fazer isso, a LIT cava sua trincheira ao lado da burguesia imperialista também nas eleições, como já o fez em relação à guerra na Ucrânia. ●

¹ “Mentiras e realidade sobre as “eleições” de Putin”, nota redigida pelo Partido Internacionalista dos Trabalhadores (POI) da Rússia, e publicada no site da LIT-QI em 19 de março de 2024.

Defendemos a democracia operária para as massas se organizarem pela derrubada da burocracia e bloquear a ação da burguesia mundial, que procura destruir a propriedade nacionalizada pelo proletariado.

Argentina

100 dias de governo Milei, marcados por derrotas parlamentares, acirramento da disputa inter-burguesa e o avanço da luta de classes

Após o Senado rejeitar o Decreto de Necessidade e Urgência 70/23 (DNU), emitido em 20 de dezembro do ano passado, agravou-se a crise política do governo ultradireitista de Javier Milei. Agora, será a vez dos deputados se posicionarem pela sua aprovação ou rejeição. Se assim acontecer, o DNU ficará sem efeito, como aconteceu com a "lei ônibus", em fins de fevereiro passado.

CHOQUES INTER-BURGUESES NAS INSTITUIÇÕES. LUTA DE CLASSES FORA DELAS

A Reforma Trabalhista está, por enquanto, suspensa por uma decisão da Justiça, produto da incapacidade do governo reacionário em negociar com os governadores e a burguesia nacional, atingida por suas medidas e procurando compensar os ataques contra seus interesses, mantendo subsídios e benefícios fiscais. As manobras jurídico-parlamentares têm como objetivo que as frações burguesas representadas no Parlamento possam negociar com a burguesia imperialista a partilha dos bilionários recursos fiscais. Disso se trata ainda a disputa entre governadores com o governo pelos fundos fiduciários.

Enquanto as frações burguesas negociam dentro do Congresso sua fatia no despojo dos explorados e no saque das riquezas, as massas oprimidas do país continuam radicalizando e se manifestando com seus métodos, e erguendo suas bandeiras próprias. No momento em que os senadores rejeitaram o "mega-decreto", do lado de fora do Congresso, uma massiva manifestação contrária foi duramente reprimida. Os explorados, quase que semanalmente, se têm manifestado contra os ataques que destroem a estabilidade, impõem a precarização e terceirização, rebaixam salários e aposentadorias, privatizam empresas, favorecem a estrangerização das terras e destroem biomas em benefício das mineradoras, aumentam os planos pré-pagos de saúde e as tarifas de serviços públicos, etc. Por todo o país, explodem greves, manifestações

e bloqueios de ruas e rodovias, ocupações de pontes e avenidas.

O CAPITAL FINANCEIRO ENRIQUECE À CUSTA DO EMPOBRECIDO DA NAÇÃO EM SEU CONJUNTO

Os "vencedores" dos ajustes e da liberação (dolarização) dos preços internos são os grandes capitalistas. As pré-pagas da medicina privada viram seus preços aumentarem em até 75% -- a depender do "segmento de atendimento". As grandes indústrias farmacêuticas veem seus lucros se elevarem em até 150% nos medicamentos e produtos farmacológicos. As grandes imobiliárias estão ganhando fortunas, aumentando os preços dos aluguéis. O capital financeiro atrelado à exploração mineira se prepara para explorar as riquezas minerais sem ter de pagar quase nada em impostos, e favorecidos pela estrangerização das terras. Aumenta, ainda, o repasse de montante de recursos fiscais voltados a pagar a dívida pública, que cresce a cada ano.

As medidas beneficiam o setor mais concentrado dos monopólios e do capital financeiro, e vêm atingindo as frações da burguesia nacional dependentes das variações do mercado interno e do poder aquisitivo dos assalariados. Essa situação se reflete nas manobras de seus agentes políticos no Congresso para preservar seus lucros e negócios. O aumento dos preços dos produtos de consumo e a redução violenta do poder de compra dos salários se reflete no esvaziamento de comércios e na queda das vendas varejistas (-14%). O aumento dos transportes acabou reduzindo as viagens e empurrou os empresários do setor a exigirem do governo reabilitar os subsídios que lhes foram retirados.

A REAL SITUAÇÃO DAS MASSAS SOB O GOVERNO BURGUÊS ULTRADIREITISTA

Enquanto isso, os explorados são massacrados. Os preços internos de produtos de consumo estão até 50% mais elevados que nos EUA, enquanto

Enquanto as frações burguesas negociam dentro do Congresso sua fatia no despojo dos explorados e no saque das riquezas, as massas oprimidas do país continuam radicalizando e se manifestando com seus métodos, e erguendo suas bandeiras próprias.

os salários estão até 60% mais baixos que naquele país. O salário real no setor privado caiu 14%, somente em dezembro de 2023, e hoje se situa em cerca de 60% de seu valor real de novembro de 2015. Em termos percentuais, a média salarial líquida e bruta perfuraram a linha de pobreza: caíram 21% abaixo dela (em 2015, era 37% acima dela), cobrindo atualmente 79% da Cesta Básica Total (que inclui serviços). As aposentadorias foram reajustadas, mas muito abaixo dos índices inflacionários: em termos reais, ficariam abaixo de 34% (somente em fevereiro, caíram -47%, se comparado ao mesmo trimestre do ano passado). O que acaba afetando a cadeia produtiva e econômica nacional. O consumo real caiu até 30%, segundo estudos privados. As mais de 40 mil demissões no funcionalismo foram realizadas para que os "gastos em salários" fossem repassados, na forma de juros, para o capital financeiro como pagamento dos empréstimos recentes.

A destruição dos empregos, rebaixamento salarial, terceirização e cortes de repasses para educação e saúde, dentre tantos outros ataques, significa aprofundar a barbárie social em que são afundadas as massas. 57,4% da população hoje está abaixo da linha da pobreza: 15% é indigente. O quadro tende a piorar, se se

observa que o governo cortou subsídios de mais de mil “cooperativas populares”, que provêm alimentos e outros serviços rudimentares aos bairros e favelas.

Esse é o segredo do “superávit” primário de março, que atingiu 0,5% do PIB. O que se verifica nos seguintes números: a) caíram 33% do valor real as aposentadorias e pensões, representando 34% do montante total desse “superávit”; b) o “arrocho” em salários via demissões e o corte de subsídios sociais implicam um corte de até 50% do montante repassado anteriormente; c) a queda dos recursos enviados para Educação pública foi de 28,7%; d) as transferências fiscais para os estados diminuíram 73%; e) 48% da execução dos gastos do orçamento estatal projetado servirá para pagar dívida, etc.

REFORÇO DO ESTADO POLICIAL PARA ABORTAR A LUTA DAS MASSAS

Essa situação estimula a luta de classes. A disputa inter-burguesa fragiliza o governo, e afeta sua governabilidade. Enquanto as disputas se processam e não se acha uma via de solução, a intervenção das lutas das massas abre caminho para que se estenda e radicalize. Para enfrentar essa situação, o governo re-

força o Estado policial e exige que se lhe garanta maior poder repressivo. A Justiça e o poder legislativo não assinalaram qualquer freio aos métodos repressivos, porque é de interesse da burguesia de conjunto impedir as massas de avançarem a luta, e frear as manifestações da decomposição econômica.

Esse é o sentido do novo projeto de lei que facilita o uso de armas e permite às polícias que realizem prisões massivas para fortalecer a “segurança cidadã”. Habilitar-se-á o uso de armas de fogo “quando resultem ineficazes outros meios não violentos”. Ficará a livre entendimento dos membros das forças repressivas quando essa situação se configurar. O que é uma carta branca à repressão e à impunidade policial e militar. Propõe-se também um aumento das penas e medidas repressivas mais duras contra protestos, manifestações e greves. A *Lei de Segurança Interior*, projetada pelo governo, pretende recuperar o papel das Forças Armadas na repressão interna, retomando assim essa prática da ditadura.

IMPULSIONAR A LUTA DE CLASSES E NACIONALIZAR SEU DESENVOLVIMENTO

A subordinação do governo ao capital

financeiro e ao imperialismo se manifesta na centralização da burguesia quanto aos objetivos de destruir as condições de vida e trabalho das massas. Entretanto, as lutas e manifestações massivas indicam que as massas estão dispostas a lutar. São as direções sindicais que evitam organizar protestos unificados nacionalmente, porque pretendem usar os movimentos para reforçar as posições parlamentares e interesses eleitorais do nacionalismo peronista.

Na medida em que os explorados erguem suas reivindicações mais urgentes, e defendem seus direitos mais elementares de vida e trabalho, instintivamente traçam o caminho para romper com o bloqueio burocrático e se projetar a via da luta de classes. A força social coletiva dos explorados e oprimidos coloca objetivamente a tarefa de coordenar todos os protestos e unificar suas ações. É preciso desenvolver essas tendências com um programa nacional de reivindicações e lutar para que as bases imponham às suas direções a realização de assembleias gerais para aprovar esse plano de luta, e construir uma greve geral para derrotar a burguesia e o governo ultradireitista. ●

Netanyahu consegue impor dois ataques profundos

 Os bombardeios israelenses sobre os caminhões da WCK, de ajuda alimentar aos palestinos na Faixa de Gaza, e sobre a embaixada do Irã em Damasco, na Síria, ficaram ainda sem resposta. Quanto ao ataque que matou 7 estrangeiros voluntários da WCK, Netanyahu disse, quase que rindo, que “essas coisas acontecem na guerra.” Quanto ao ataque à embaixada iraniana, que matou 3 comandantes das Forças Armadas do país, não assumiu a autoria do atentado, mas disse cinicamente que o alvo não era diplomático, mas militar.

A resposta da empresa WCK foi fazer meia volta em embarcações que levavam 240 toneladas de alimentos para Gaza, fazendo-as retornar para Chipre. Ou seja, além de não sofrer nenhuma represália concreta (não falamos aqui de choramingos hipócritas) de nenhum país do mundo pelo ataque, Netanyahu conseguiu apertar ainda mais o cerco de fome sobre os palestinos, que tem matado muitas crianças, mulheres e homens, dia-

riamente. O ataque que matou 7 de imediato matará muitos mais, logo a seguir. E o aumento da fome valerá como fortalecimento de mais uma arma de guerra e genocídio.

O ataque que matou 3 generais do Irã e mais vários militares em Damasco foi o 2º maior golpe desfechado por Israel e o imperialismo norte-americano, desde o assassinato do comandante iraniano Suleiman no Iraque, em 2020. Na época, se desencadearam vários ataques a bases militares estadunidenses em todo o Oriente Médio. Agora, o Irã está de mãos amarradas, porque a intenção de Israel é claramente de obrigar o Irã, a Síria e o Líbano (Hezbollah) a entrarem na guerra, assim como os EUA, desviando imediatamente o foco do conflito do genocídio para esses outros confrontos militares. O Irã perde se não reage, e perde ainda mais se reagir. Entrar em guerra com Israel significa ir ao choque militar com os EUA. Quanto à Rússia e à China, aliados do Irã, não têm interesse na expansão dos con-

frontos militares. Por isso é que o Irã tem de engolir mais esse ataque, por enquanto, o assassinato de suas lideranças militares. A Síria tem de engolir a invasão de seu país pelas mesmas razões. E o Hezbollah sabe que Israel já montou o cerco e já preparou a invasão do Sul do Líbano.

O genocídio sobre os Palestinos não depende apenas de suas próprias forças, ou de algum de seus vizinhos, o enfrentamento é ao imperialismo dos EUA, e isso demanda uma luta internacional contra o sionismo e os EUA em todo o mundo, em cada país. Cabe ainda às nações oprimidas em particular, defender a Palestina e a soberania nacional de seus países, agredidos pelo sionismo, como fazem os houthis. Cada manifestação, greve, bloqueio de portos e aeroportos, cada ruptura de relações de todo tipo com Israel, cada passo dado pelas massas no combate ao sionismo e imperialismo, é um passo contra o genocídio. Cada omissão quanto a isso é um ponto em favor dos genocidas. ●